

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
GVces

NÚMERO 71
FEVEREIRO 2013



MENOS! Criamos uma sociedade de excessos. É hora de buscar qualidade em vez de quantidade

CULTURA DIGITAL:
A desconexão é que
será um luxo

GESTÃO DO TEMPO:
Saiba por que
trabalhamos tanto

CONSUMO:
Como repensá-lo sem
prejudicar a economia

A Agropalma é a mais sustentável entre as maiores produtoras de palma do mundo. E não somos nós que estamos falando.



A Agropalma foi classificada em 1º lugar entre as maiores produtoras de palma do mundo no Scorecard on Palm Oil Producers* como uma empresa que respeita a natureza.

Receber uma referência positiva em um importante ranking internacional não é para qualquer um. É o que aponta o Scorecard on Palm Oil Producers*. Ter uma empresa brasileira em 1º lugar nesse ranking mostra o nosso compromisso com a produção sustentável através de ações de responsabilidade socioambiental, técnica e econômica. Esse é o resultado do esforço permanente da Agropalma na melhoria contínua de seus processos e de seus produtos, bem como na preservação da biodiversidade e da Floresta Amazônica. Isso é bom para nossos clientes, para os nossos colaboradores e para o planeta.

Alguns dos certificados internacionais conquistados pela Agropalma:



www.agropalma.com.br

AGROPALMA
Óleos e Gorduras Vegetais

Greenpeace Scorecard on Palm Oil Producers

Company	Headquarters	Share of global CPO production (2011/12)	Forest production	Pesticide production	Percentage of RSPO certified palm oil*
Agropalma Brazil	Brazil	0.3%	✓	✓	✓
New Britain Palm Oil Ltd.	Papua New Guinea	1.1%	✓	✓	✓
Golden Agri Resources Ltd (GAR)	Singapore	4.3%	✓	✓	-
Wilmar International	Singapore	3.5%	-	✓	✓
Musim Mas Group	Indonesia	1.2%	-	✓	✓
Sime Darby Plantation Sdn Bhd	Malaysia	4.8%	-	-	✓
IOI Corporation Bhd	Malaysia	1.4%	-	-	✓
Asim Agri	Indonesia	1.4%	-	-	✓
Indofood Agri Resources Ltd	Singapore	1.7%	-	-	-
PT. Astra Agro Lestari Tbk*	Indonesia	2.6%	-	-	-
PT. Darmex Agro (Duta Palma)*	Indonesia	0.9%	-	-	-

Total: 23.1%

* Fonte: www.greenpeace.org/international/en/publications/Campaign-reports/Forests-Reports/Palm-Oil-Scorecard

Qual é o ritmo?

Enquanto os brasileiros em geral se preparam para pôr o pé no acelerador no ano que “começa depois do Carnaval” e iniciar mais um ciclo de correria, esta edição convida a nossa sociedade dos excessos a se repensar. Será que o ritmo alucinado de trabalhar muito para consumir muito (e com isso também poluir muito) é o caminho mais sábio? Certamente, não. Como mostramos na edição anterior, não vivemos melhor só porque vivemos mais, há uma diferença importante entre quantidade e qualidade.

O número de horas trabalhadas, de itens consumidos, de resíduos gerados e de emissões de carbono não pressupõe uma vida melhor. Tantas vezes ocorre o contrário: na busca frenética por quantidade, que caracteriza a sociedade contemporânea medida por taxas de PIB e acelerada pela hiperconectividade, mal temos tempo de olhar para o sentido de cada ação e apenas respondemos passivamente ao que nos exige a engrenagem de um sistema. Com isso, acaba havendo uma inversão: trabalhamos basicamente para manter um sistema em funcionamento, em vez de criarmos um modo de organização social e econômica para nos servir e trazer bem-estar.

Pode parecer um despropósito falar em “menos” quando as economias do mundo todo buscam desesperadamente taxas de crescimento e haja tantas populações vivendo de forma precária. O crescimento ainda é necessário para gerar empregos e renda, mas antes de tudo é preciso qualificá-lo, eliminar distorções e desigualdades. Isso significa dar sinais positivos a uma economia voltada para itens necessários, como uma produção mais limpa, mais educação, mais saúde, mais mobilidade, mais conhecimento, mais tempo livre. E, do outro lado, desincentivar a economia suja, o consumismo de bens supérfluos e o desperdício de tempo e de recursos. Isso exige reavaliações: o que de fato tem valor e merece o suor de nosso trabalho?

A sociedade dos excessos, perdulária e voraz, não cabe neste pequeno mundo finito. Para que tenhamos mais do que realmente importa, basta nos espelhar nas faxinas que costumamos fazer em casa no fim de ano: desapegamos de tudo aquilo que não faz falta para abrir espaço ao novo e imprescindível. Boa leitura!

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury

FGV
GVces
Centro de Estudos em
Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini

EDITORA Amália Safatle
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Leticia Freire
REPÓRTER Thais Herrero

EDIÇÃO DE ARTE Marcius Marques e Amanda Abad
www.vendoeditorial.com.br

ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Alexandra Reschke, Ana Cristina d'Angelo, Fabio Caffé,
Fabio Storino, Fernanda Macedo, Gisele Neuls, José Alberto
Gonçalves Pereira (edição e textos), Magali Cabral,
Regina Scharf, Ricardo Abramovay, Roberta Simonetti,
Tão Gomes Pinto, Tatiane Klein

ENSAIO FOTOGRÁFICO Leticia Freire
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalrp.com.br
(11) 3063.5677

REPRESENTANTE EM BRASÍLIA
Marketing 10 – José Hevaldo
jh@marketing10.com.br
(61) 3326-0110 / 3964-2110 / 9229-0727

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Aerton Paiva, Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis,
Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga,
Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi,
Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por
colaboradores expressam a visão de seus autores, não
representando, necessariamente, o ponto de vista de
PÁGINA22 e do GVces.

APOIO

ID Instituto
Democracia e
Sustentabilidade

FSC MISTO
Papel produzido a partir
de fontes responsáveis
FSC® C044008

A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE
REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS
PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL,
ADERIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM,
É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO –
EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

16 ENTREVISTA Esgotou-se a nossa capacidade de processar e lidar com tanta informação, diz Ronaldo Lemos, especialista em cultura digital

22 CAPA É hora de diminuir o ritmo e valorizar outros aspectos da vida, relativizando o peso do consumo e do trabalho na busca da felicidade

30 RETRATO Veja os brasileiros que vivem na invisibilidade social e fazem do passeio público sua casa, em uma realidade própria, por conta e risco

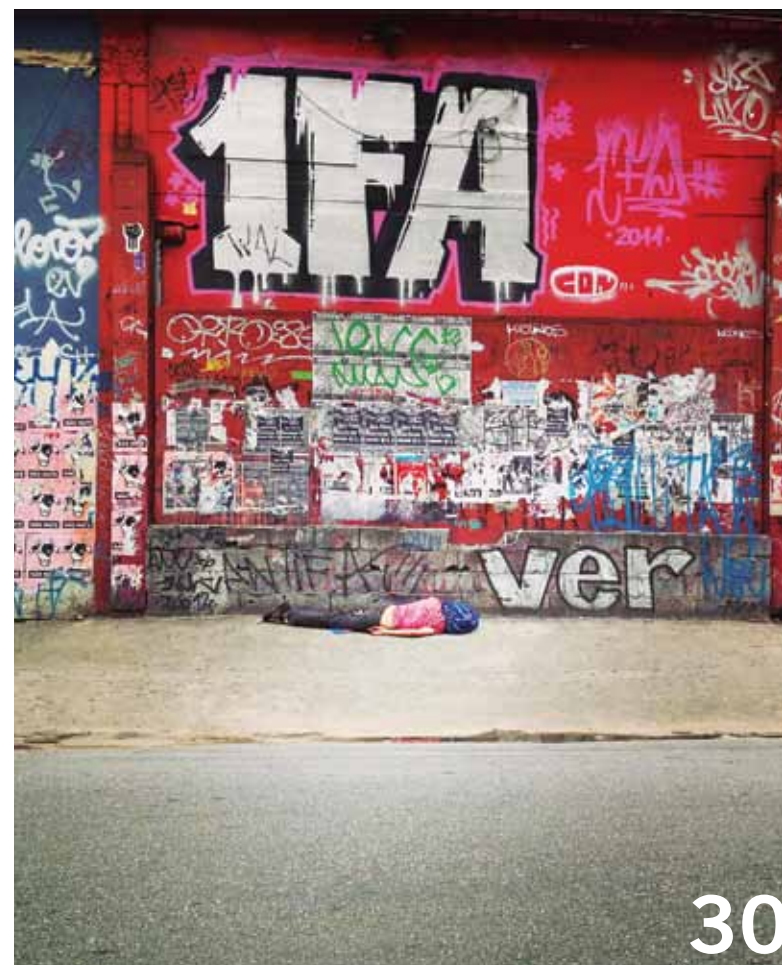
36 MENOS Criamos uma sociedade de excessos, seja no consumo, seja no trabalho, seja na conectividade. Mas há caminhos alternativos

Seções



CAPA Fotografia: Leticia Freire

- 06 Notas
- 09 Página Cultural
- 10 Web
- 11 Artigo
- 12 Economia Verde
- 21 Análise
- 28 Coluna
- 29 Opinião
- 49 Daqui Pra Lá
- 50 Última



Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[Enquanto a chuva não vem – Blog da Redação] Ótima entrevista.

Vocês realmente são um dos portais mais importantes para a discussão da sustentabilidade no País. O mais interessante é que o entrevistado [Luiz Serrano] fala de eficiência energética, tema sempre ausente das discussões no governo e na mídia sobre a crise energética brasileira. A eficiência energética é a fonte de energia mais barata e sustentável. Como diz o físico Amory Lovins: “Gerar 1 ‘negawatt’ (watt negativo, advindo da eficiência) custa menos do que gerar 1 watt”. O vídeo bem-humorado do link [bit](#).

[Abaixo a ditadura do Natal – Blog da Redação] Amália, você traduziu o que muita gente acha, mas não fala. Eu mesma vivo sendo criticada porque digo que não gosto de Natal. A verdade é que eu não gosto daquilo em que o Natal se transformou. **Denise Cristina de Magalhães Marcolino**

[Felicidade, não. Paz de espírito – Blog da Redação] Puxa vida, que história! É nisso que insisto

[YzSbD5] deveria ser veiculado antes de reuniões sobre energia no governo. Quem sabe os animais não conseguem ensinar a lição aos homens? **Luiz Carlos Pôrto**

[Abaixo a ditadura do Natal – Blog da Redação] Amália, você traduziu o que muita gente acha, mas não fala. Eu mesma vivo sendo criticada porque digo que não gosto de Natal. A verdade é que eu não gosto daquilo em que o Natal se transformou. **Denise Cristina de Magalhães Marcolino**

[Felicidade, não. Paz de espírito – Blog da Redação] Puxa vida, que história! É nisso que insisto

sempre: para vencer essa doença [câncer], só há um jeito, amigo: fé, perseverança, coragem e pensamento positivo! **Joao Viane**

[A síndrome do filé-mignon – Blog da Redação] É difícil entender que alguém como Roberto Smeraldi ainda coma carne. Se mais de 8% da população brasileira já se declara vegetariana (Ibope, 2012), como pode um dos mais eminentes ambientalistas do País não conseguir – ou, pior, não querer – sê-lo? O pasto (para bois) e a soja (para ração de galinhas e porcos) estão destruindo nossos biomas. Para que, Smeraldi? **Guilherme Carvalho**

OUTBOX

Segue a resposta do ambientalista Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira:

Como produzimos e consumimos carne de forma errada e excessiva, busco respostas para isso de forma mais racional e correta. Se eu excluo um produto, deixo de influenciar na forma em que ele é gerado e usado. Não me interessa uma sociedade em que 8% ou 20% não comem carne, enquanto o resto faz isso de forma absurda. Além disso, do ponto de vista da vida privada e do gosto pessoal, cada um faz o que mais lhe agrada, mas aí não cabe comentar publicamente.



[MINAMATA 1]

Tratado impõe controles ao mercúrio

A ingestão de peixes e frutos do mar contaminados com mercúrio acometeu com a “doença de Minamata” milhares de pessoas na baía que leva este nome e em Niigata, respectivamente nas costas sudoeste e noroeste do Japão. Apenas em 1968, o governo nipônico admitiu a correlação entre mercúrio e a doença, descoberta em 1956 por pesquisadores da Universidade de Kumamoto. Mais de 900 pessoas morreram em função da desordem e quase 3.000 foram oficialmente reconhecidas como vítimas pelo governo – ativistas estimam que os casos podem alcançar cerca de 50.000 japoneses.

Na origem do problema, foram identificadas as fabricantes



AGÊNCIA MIYASU / RENATA FERREIRAS

de produtos químicos Chisso e Showa Denko, que despejaram a perigosa substância na água. Inúmeros problemas de saúde podem ser causados pelo mercúrio, tais como danos ao cérebro, ao sistema nervoso central, aos rins e ao sistema digestivo; perda de memória, da audição e da fala; deficiência visual; paralisia muscular e malformação de fetos – como ocorreu com as vítimas da “doença de Minamata”.

Em 19 de janeiro, 140 países fecharam em Genebra, na Suíça, um acordo histórico em torno da Convenção Minamata sobre Mercúrio. Após quatro anos de negociações, o tratado adotado será aberto para assinaturas dos governos em outubro no Japão. Espera-se que a convenção entre em vigor nos próximos quatro a cinco anos, depois que ao menos 50 países a ratificarem.

Até 2020, serão proibidas a produção, exportação e importação de baterias (exceto algumas usadas em implantes médicos), computadores, transformadores, certos tipos de lâmpadas fluorescentes compactas, sabões e cosméticos, termômetros e aparelhos que medem a pressão sanguínea. Ficam excluídos da lista aparatos de medição sem alternativas livres de mercúrio no mercado, vacinas que o empregam como preservante e produtos que o utilizam em cerimônias religiosas.

Os signatários da Convenção de Minamata também deverão implementar planos nacionais de redução e, se possível, a eliminação do uso de mercúrio nos garimpos de ouro, que, juntamente com as emissões das termelétricas a carvão, representam a maior fonte no mundo de poluição por mercúrio. “Isso foi feito em nome de populações vulneráveis em todo o mundo e representa uma oportunidade para um século mais saudável e mais sustentável para todos os povos”, declarou Fernando Lugris, diplomata uruguaio que chefiou as negociações que culminaram na adoção do tratado. Mais informações sobre o assunto em bit.ly/YfioGP. – **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

[MINAMATA 2]

PARA ONGs, REGRAS SÃO INSUFICIENTES

Grupos que atuam nos temas do mercúrio e dos produtos tóxicos saudaram a Convenção de Minamata como um marco nas mobilizações pelo banimento do uso de mercúrio na indústria, na área de saúde e nos garimpos de ouro. Mas criticaram o que consideram controles frouxos previstos pelo tratado. “A convenção foi prejudicada ao prever controles débeis sobre as emissões de mercúrio de importantes fontes de lançamento da substância na atmosfera, tais como as termelétricas a carvão”, comentou Michael Bender, um dos coordenadores do

Grupo de Trabalho Mercúrio Zero ([veja o site zeromercury.org](http://veja.o.site.zeromercury.org)).

Também foi duramente questionado pelos ambientalistas o tratamento pouco incisivo do tratado em relação aos controles do metal pesado nos garimpos de ouro. A poluição da água e do ar nos **garimpos dos países em desenvolvimento** ficou mais séria nos últimos cinco anos. Em busca de proteção contra a crise financeira, aumentou bastante a demanda por ouro, cujas cotações saltaram, estimulando a atividade garimpeira. O mercúrio é usado para separar o ouro da rocha mineral, contaminando rios, lagos e mares e o organismo dos garimpeiros.

“Apesar de os planos nacionais previstos

serem um instrumento de redução no uso do mercúrio, a convenção falha ao deixar de incluir um dispositivo que obrigue os países a proibir essa prática poluidora nos garimpos”, reclama Richard Gutierrez, diretor da entidade Ban Toxics!, com sede nas Filipinas e atuação nas regiões da Ásia e do Pacífico (bantoxics.org). (JAGP)

[ENERGIA]

VILÕES DO AQUECIMENTO

Até 2050, cerca de 300 bilhões de toneladas de gás carbônico equivalente serão lançadas na atmosfera se 14 projetos de exploração e produção de combustíveis fósseis – como carvão, petróleo e gás –

entrarem em operação. Com isso, será ainda mais difícil reverter a tendência do aquecimento global, segundo a ONG Greenpeace. Nos próximos sete anos, esses projetos terão aumentado as emissões de gases de efeito estufa em 20%.

As informações estão no relatório *Point of No Return* (ou *Caminho sem Volta*, em tradução livre) que o Greenpeace Internacional lançou em janeiro. Acesse em inglês em bit.ly/1OPodfu. Nele estão listados os maiores “vilões do clima”. São 14 projetos de exploração de energia cuja que irão consumir 49 bilhões de toneladas de carvão, 29 trilhões de metros cúbicos de gás natural e 260 bilhões de barris de petróleo.

Entre eles está o brasileiro pré-sal, que vai contribuir com a emissão de 330 milhões de toneladas de CO₂ por ano até 2020. De acordo com o documento, a captação de óleo em camadas tão profundas do oceano, como nesse caso, traz muito risco de vazamentos e ameaça a vida marinha da região.

No primeiro lugar do ranking dos maiores poluidores está o crescimento da mineração de carvão nas províncias da China. Até 2020, a atividade vai emitir 1,4 bilhão toneladas de CO₂ por ano. Também estão na lista a exploração de óleo e gás no Ártico, a de petróleo em areias betuminosas no Canadá e na Venezuela e a de xisto nos Estados Unidos.

Em novembro de 2012, a Agência Internacional de Energia e o Banco Mundial advertiram sobre o rumo que o mundo está seguindo, em direção a um aumento entre 3,6 graus e 4 graus. Segundo o relatório do Greenpeace, com esses projetos em funcionamento, “a média geral do aumento de temperatura será provavelmente superior a 4 graus e, possivelmente, 6 graus, o pior cenário identificado por cientistas”. – **POR THÁIS HERRERO**

[CONSUMO]

O MUNDO EM CINCO ANOS

Uma pesquisa da empresa Euromonitor International levantou as dez principais macrotendências no mercado consumidor em nível global nos próximos cinco anos. Entre as previsões está uma população mais velha e urbana, mais conectada em aparelhos móveis, mas com dificuldades econômicas.

A pesquisa destacou o aumento da classe média como um dos principais efeitos

do crescimento dos países emergentes. Essa população está cada vez mais exigente e sofisticada e, assim, a oferta de produtos precisará atender a esse público. Ao mesmo tempo, segundo o documento, permanecem desigualdades sociais ocasionadas principalmente por salários desproporcionais.

O envelhecimento da população – devido à maior expectativa de vida e à menor taxa de natalidade – é uma das tendências e também deve colaborar com disparidades econômicas, uma vez que a força de trabalho ativa diminuirá (como já se observa na Europa) e os gastos públicos com saúde vão aumentar. (*mais sobre o assunto na reportagem “Envelhecer”, da edição 56*)

A perspectiva da Euromonitor para os jovens de países que enfrentam crises econômicas, como Grécia e Espanha, não é muito otimista. O desemprego não deverá estar resolvido em meia década e eles continuarão desiludidos. Hoje, metade dos jovens com menos de 25 anos está sem trabalho nesses países.

Sobre os avanços tecnológicos, a tendência é de que as pessoas acessem a internet mais por dispositivos móveis, como celulares e *tablets*, do que pelos computadores. E, como cada vez mais as pessoas se conectam e interagem pelas redes sociais, a Euromonitor aconselha que grandes empresas tenham como prioridade estratégias de marketing e contato com os consumidores via web. (TH)

[CIBERATIVISMO]

O LEGADO DE AARON SWARTZ

RSS, Reddit, Creative Commons, Watchdog, Open Library, Demand Progress. O que essas ferramentas têm em comum? **Aaron Swartz**, guerrilheiro libertário da internet, envolvido direta ou indiretamente com o desenvolvimento de todas elas.

Desde os 14 anos, esse jovem estadunidense falava com fluência sobre política, programação digital e direitos autorais. Aos 23, depois de ter desenvolvido uma série de ferramentas de livre acesso e compartilhamento na rede mundial, participou de duas causas importantes. Uma delas, com o professor Lawrence Lessig no Centro de Ética em Harvard, foi a reforma do sistema político americano, respaldada em mecanismos para gerar mais transparência



ALECPERKINS / WIMMEDIACOMMONS

na rede e diminuir a corrupção. A outra foi ampliar o acesso público a informações governamentais e científicas. Por isso, foi um dia até o MIT, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts, e lá deixou seu computador baixando mais de 4 milhões de documentos do sistema fechado de arquivamento de jornais acadêmicos, o JSTOR.

Esse foi seu suposto “crime”. Aaron nunca publicou os jornais acadêmicos baixados na internet. O próprio JSTOR não o processou, dizendo que ninguém sofreu qualquer prejuízo. No entanto, a procuradora dos EUA Carmen Ortiz decidiu processar Swartz até as últimas consequências.

Pedi que ele fosse condenado a mais de 30 anos de prisão. Rejeitou todas as defesas. Jogou o peso persecutório do governo americano em cima de um garoto brilhante que se locomovia de bicicleta. Isso exauriu seus recursos financeiros e suas forças.

“Informação é poder”, escreveu, certa vez, em um manifesto. Swartz enxergou muito além do que seus contemporâneos e tentou mobilizar os usuários de internet para a construção de outro mundo. Infelizmente, não foi apoiado da forma como precisava.

Aos 26, ele está morto. Foi encontrado enforcado em seu apartamento de Nova York em janeiro último. Provável suicídio. Seu espírito crítico e questionador, contudo, vive. – **POR LETICIA FREIRE**

OLHA ISSO!

ESPERE UM POUCO

No início dos anos 1970, um experimento conduzido na Universidade de Stanford ofereceu a crianças uma dura escolha: elas poderiam deliciar-se com um *marshmallow* estrategicamente posicionado à sua frente, ou ganhar um segundo *marshmallow* se esperassem até que o pesquisador regressasse à sala, cerca de 15 minutos depois.

“Futuro”, para uma criança, é um conceito ainda mais abstrato que para nós, adultos, cujos anos adicionais de vida nos deram maior previsibilidade e melhor noção de causa/efeito (“se eu poupar agora, terei mais depois”). Em “economês”, pode-se dizer que a “taxa de desconto intertemporal” das crianças é muito mais alta, ou seja, elas valorizam muito mais o presente que o futuro.

A taxa de desconto intertemporal — na verdade, “intergeracional” — é um conceito-chave no campo da sustentabilidade, em que se discutem os efeitos e as consequências sobre as gerações futuras de decisões tomadas por nós no presente. No âmbito individual, são inúmeras as “sereias” cujos cantos nos seduzem e nos levam a tomar decisões no presente que comprometem nosso “eu futuro”. Para muitas crianças, o *marshmallow* é uma delas.

O estudo acima visava conhecer mais sobre como o mecanismo de autocontrole ou “gratificação adiada” se desenvolve nas crianças. Muitos anos depois, um dos pesquisadores originais, Walter Mischel, que manteve contato com as então crianças estudadas, percebeu que o sucesso que elas tiveram posteriormente poderia estar relacionado à sua capacidade de autocontrole: estudos conduzidos nas décadas de 1980 e 1990 mostraram que aquelas que conseguiram esperar e receber o segundo *marshmallow* anos antes tiveram



USADRENSE

melhor desempenho acadêmico e maior nota no SAT (o Enem americano). Estudos mais recentes associaram cada minuto adicional de espera com uma redução proporcional de seu índice de massa corporal (IMC) trinta anos depois.

Frank Partnoy, autor de *Como fazer a escolha certa na hora certa* (“Espere: a arte e ciência da postergação”, na tradução literal do título original), argumenta que a tecnologia e hábitos modernos vêm afetando nossa biologia e nos pressionando a tomar decisões cada vez mais apressadas, o que afeta a qualidade dessas decisões. Na verdade, estudo publicado na *Psychological Science*, citado no livro, observou que a mera exposição ao símbolo do McDonald’s afeta nosso processo cognitivo, e estaria associada ao aumento de 20% da nossa velocidade de leitura, à escolha de produtos que economizam nosso tempo (tornamo-nos impacientes) e à troca de ganhos maiores no futuro por retornos imediatos ([ver estudo em goo.gl/8V7ql](http://ver.estudoemgoo.gl/8V7ql)).

POR FABIO F. STORINO*

William Powers, autor de *O BlackBerry de Hamlet*, concorda: nossa conexão permanente, sem tempo para pausas, nos priva de momentos para refletir sobre as experiências vividas (*leia também “A vida wi-fi”, do blog De lá pra cá, em goo.gl/JGHBW*). Em *O inverno de nossa desconexão*, Susan Maushart descreve seu experimento familiar no qual ela e seus três filhos se “desplugaram” (inclusive de televisão e videogames) por seis meses, e o que ficou dessa experiência ao se “replugarem”.

Nos feriados de Réveillon e de Carnaval muitos buscam uma pausa momentânea para uma vida ligada nos 220 V. Para que tomemos melhores decisões para nosso futuro e o das próximas gerações, é importante que busquemos mais momentos de pausa e de reflexão no restante do ano, e que saibamos nos conectar de maneira mais sábia. Há mais *marshmallows* para aqueles que souberem esperar.

* FABIO F. STORINO É COORDENADOR DE TI E GESTÃO DO CONHECIMENTO DO GVCES.

POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)

Manual de intervenção urbana

O artista plástico Eduardo Srur acaba de lançar o livro *Manual de Intervenção Urbana*, uma compilação de seus trabalhos que têm como cenário ou tela a cidade de São Paulo. O livro evidencia que o modo e o espaço em que se vive compõem um campo aberto, infinito e apto a ser transformado.

“Este livro não é apenas para artistas, mas para todos aqueles que se interessam por arte e acreditam em seu potencial criativo. O manual e a cidade são para o uso de qualquer um.”

Eduardo Srur começou sua trajetória de artista visual com a pintura e, a partir de 2002, passou a investigar novas mídias, como fotografia, escultura, vídeo, performance, instalação e intervenção urbana.

Sua produção atual caracteriza-se por exposições temporárias no espaço público que alteram a paisagem da cidade e questionam o sistema social de forma crítica e bem-humorada.

Eduardo Srur conversou com PÁGINA22, confira a seguir:

Como surgiu a ideia do livro?

Ele é compilação do meu trabalho, a trajetória artística desde pintura até intervenções urbanas. É composto de dois cadernos que caminham juntos. Na primeira parte temos os registros da obra, em um caderno convencional. Na segunda estão os desdobramentos dos trabalhos, bastidores, mídia, a reação dos habitantes, curiosidades, dúvidas de criação. É um manual em que a pessoa tem um acesso maior e alternativo ao meu trabalho.

PENSEI QUE FOSSE SÓ EU

Um dos principais fotógrafos brasileiros, Romulo Fialdini (nascido em Belo Horizonte, em 1947), abre este mês sua primeira individual na Galeria Raquel Arnaud, em São Paulo. São 24 fotografias selecionadas pela curadora Galciani Neves sob o nome *Pensei que fosse só eu*.

“Romulo busca as fendas da cidade, recantos pouco explorados pelo olhar apressado, e mesmo os retratos flagrados de anônimos que fazem parte da mostra estão inseridos nas tramas do espaço urbano”, diz Galciani. A partir da exposição, a curadora também selecionou imagens para um livro com o mesmo nome, *Pensei Que Fosse Só Eu*. As obras selecionadas são recortes de tempo distanciados do fluxo da vida, como uma pausa ao ritmo do consumo das imagens rápidas atadas aos apelos artificiais.

O livro será lançado pela editora Superbacana, mas com tiragem inicial de

Você acredita na arte cidadã, presente no dia a dia?

Acredito no artista como ser político. Minha geração é pouco politizada, está mais preocupada em estar em um circuito institucional do que tratar de vácuos e ruídos do sistema. Eu defendo uma postura social, não marginal, com uma dose planejada de humor e impacto visual para gerar reflexão.

Quais serão suas próximas intervenções?

Neste primeiro trimestre farei três obras simultâneas no Centro de São Paulo, na região do Vale do Anhangabaú.

Você realiza obras por encomenda?

Todas as obras são autorais, projetos inéditos em que tenho a ideia e vou atrás da viabilidade no sistema, em órgãos públicos e iniciativa privada. Não há ação sob encomenda. O artista tem o papel de transformar a realidade, ele vê a mesma coisa de outra forma. Reativa psicológica ou visualmente áreas adormecidas e a consciência dos espectadores. O artista propõe um curto-circuito, transformando a paisagem e fazendo as pessoas pensarem sobre o cenário em que estamos inseridos.



CARLOS RAMIREZ / ARQUIVO EDUARDO SRUR



ROMULO FIALDINI

1.500 exemplares, entre os quais 100 na forma de livro-objeto (em caixa acrílica, numerados, assinados e acompanhados de jogo da memória com fotos do livro).

Exposição: Romulo Fialdini – *Pensei Que Fosse Só Eu*. Até 9 de março de 2013 na Galeria Raquel Arnaud

ASSIM VOCÊ ME MATA

Um casal só consegue se comunicar por meio de frases do cancionista romântico – Marcio Greyck, Núbia Lafayette e Reginaldo Rossi fazem parte do repertório. Um estudante se apaixona por uma anã de personalidade forte. A chegada de um pinguim de geladeira causa discórdia entre as demais miniaturas de um jardim. Um músico decadente vive um caso de amor com uma prostituta. Uma jovem tenta cuidar da mãe embriagada que, só de calcinha e penhoar rosa, entoa *Maira*.

Estas são algumas das histórias contadas em *Assim Você Me Mata*, livro da editora Terracota em que 20 autores brasileiros assinam contos que têm como mote os elementos do universo brega. O time inclui escritores já consagrados, como Xico Sá, João Anzanello Carrascoza, André de Leones e Marcelino Freire.

Mais informações: terracotaeditora.com.br.

POR THAÍS HERRERO

PRATA DA CASA

Sede de torneira

Desde o primeiro dia de 2013, na cidade de Concord, Massachusetts, nos Estados Unidos, não se encontra água mineral em garrafas de 1 litro ou menos. Uma lei proibiu a venda de água com esse tamanho de embalagem, em uma tentativa de reduzir o lixo e o consumo de combustíveis fósseis.

Estima-se que, no país, 50 bilhões de garrafas de água são consumidas a cada ano. Outra razão para o banimento é a superexploração dos aquíferos da região.

Como alternativa aos moradores de Concord, restaurantes e lanchonetes oferecem copos de água da torneira, que chega com qualidade suficiente para consumo. Em outras cidades do país e do mundo, a chamada *tap water* é comum, tem boa aceitação e, muitas vezes, nem é cobrada.

Já em terras brasileiras, o consumo da água de torneira não é recorrente. Cada vez mais, filtros perdem espaço para galões ou garrafas descartadas rapidamente. Nos restaurantes, a única opção para matar a sede com o líquido incolor, inodoro e insípido é comprar uma garrafinha de 500 ml ou até menos.

As exceções são os estabelecimentos participantes da iniciativa Água na Jarra, uma adesão voluntária dos restaurantes que só oferecem a bebida vinda do filtro. Também faz parte da campanha a conscientização de que a água da torneira é própria para consumo. Isso, segundo Letycia Janot, uma das idealizadoras do projeto, muita gente não sabe.

“A questão no Brasil são as caixas-d’água. A água chega potável nas casas por regulamentação da Anvisa, mas nem sempre fica armazenada em uma caixa limpa. Por isso, é aconselhável que as pessoas tenham filtros nos lares.” No site de PÁGINA22, Letycia dá mais explicações sobre a iniciativa Água na Jarra e comenta o que há de bom e de problemático na nova lei adotada nos Estados Unidos.



OS DONOS DA REDE

Um documentário que discutirá os limites da liberdade na internet está sendo construído de forma colaborativa por meio do site FreenetFilm.org. Na plataforma há textos e vídeos que abrangem os cinco temas que irão nortear a produção: acesso à rede, propriedade intelectual, privacidade, liberdade de expressão e neutralidade.

Os internautas do mundo todo estão convidados a compartilhar seus vídeos, expressando opiniões e contando

histórias de seus desafios para navegar por uma rede livre. Os melhores depoimentos serão selecionados para fazer parte da edição final do documentário ou servirão como estudos de caso para serem explorados durante o processo de edição. (*mais sobre internet livre na seção de Notas*)

CARBONO AZUL

Manguezais, pântanos e algas marinhas capturam grandes quantidades de carbono da atmosfera. Nos últimos anos, porém, estão desaparecendo em ritmo acelerado, desperdiçando o potencial de combater o aquecimento global. Para ressaltar a importância e diminuir a degradação desses



THOMAS NUGENT / WIKIMÉDIACOMMONS

VALE O CLICK

AMAZÔNIA DE BICICLETA

Desde janeiro, três brasileiros viajam pedalandando pela Rodovia Transamazônica (BR-230), que liga o estado da Paraíba ao Amazonas, com o objetivo de avaliar o impacto da expansão urbana e das obras de infraestrutura na região. O nome da jornada é Transamazônica+20, em referência à mesma viagem que um dos ciclistas fez em 1993, no trecho da rodovia entre Marabá (PA) e Lábrea (AM). As aventuras dos 1.540 km estão registradas no blog transamazoniamais20.org.

FEIRAS ORGÂNICAS

Saber onde comprar alimentos livres de agrotóxicos ficou mais fácil graças ao mapa elaborado pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). Foram identificadas 140 feiras de orgânicos em 22 capitais brasileiras (Boa Vista, Cuiabá, Macapá, Palmas e São Luís não têm nenhum registro). Para as outras cidades, no site idec.org.br/feirasorganicas estão informações sobre local, horário e alimentos comercializados.



WIKIMÉDIACOMMONS

CONHECIMENTO NÔMADE

Núcleos de pesquisa, movimentos culturais, de comunicação e educação do Rio de Janeiro se uniram para formar a Rede Universidade Nômade. O objetivo é debater universalização, produção e acesso ao conhecimento e “aparelhos de dominação”. Desde 1997, a rede produz revistas ligadas a teorias de comunicação e educação, disponíveis para download no site uninomade.net.



JAN DERK

Quanto vale a sustentabilidade? Estudos mostram o valor que essa prática pode trazer a empresas e investidores, com oportunidades de ganhos para todos

POR FERNANDA MACEDO* E ROBERTA SIMONETTI**

A dinâmica do mercado financeiro tradicional retrata a primazia do pensamento de curto prazo. Investidores decidem os rumos de seus ativos motivados por resultados imediatos e pouco comprometidos com o futuro. Mas esse cenário pode mudar, se as decisões de investimentos mirarem o horizonte de longo prazo, de modo a garantir a manutenção do lucro e a perenidade dos negócios.

Apesar de ainda serem minoria, investimentos que consideram não apenas o retorno financeiro, mas também informações socioambientais e questões de governança – chamados Investimentos Sustentáveis e Responsáveis (ISR) –, apresentaram uma rápida expansão em comparação aos ativos tradicionais.

Na Europa, o ISR cresceu mais de 35% ao ano, desde 2009. Nos Estados Unidos, ascendeu 486% entre 1995 e 2012 e representa atualmente 11,3% do mercado total de ativos no país.

A expansão do ISR vem acompanhada de uma percepção mais clara pelas empresas sobre o valor da sustentabilidade. Segundo pesquisa realizada pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) (1), 67% dos executivos de grandes corporações entrevistados em diferentes países afirmam que a sustentabilidade é fundamental para garantir a competitividade no cenário atual.

A pesquisa *O Valor do ISE* – publicada pelo programa Finanças Sustentáveis do GVCes, no lançamento da oitava carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA, em novembro de 2012 – reuniu os principais estudos que apontam os ganhos que empresas e investidores podem obter apostando em iniciativas de sustentabilidade. Na publicação, são apresentados os impactos positivos de iniciativas, como o ISE, para administradores e acionistas.

Diferentes métodos de pesquisa buscam identificar e mensurar que tipo de retorno as iniciativas de sustentabilidade podem trazer

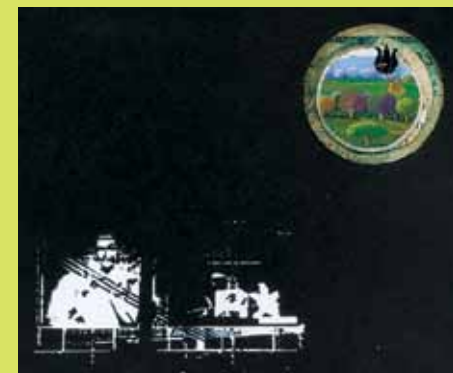
às empresas. O estudo *What is the Value of Corporate Social Responsibility?* (2) conclui que o desempenho socioambiental influencia positivamente o resultado financeiro, ao analisar empresas da carteira ISE em relação a um grupo controle de companhias semelhantes que não fazem parte do índice. Além deste, outros estudos foram destacados na pesquisa *O Valor do ISE*, disponível no site isebvmf.com.br.

Certamente, o desafio de medir quanto vale a sustentabilidade ainda está longe de ser solucionado. A resposta faz parte de um cenário complexo, no qual os resultados não podem ser analisados e interpretados isoladamente.

Embora a sustentabilidade deva ser compreendida de forma sistêmica, é possível perceber valores intangíveis que ela oferece às empresas. Além da vantagem competitiva e da melhora na reputação que iniciativas voluntárias na área podem gerar, as empresas que seguem esse caminho têm mais acesso ao conhecimento e a ambientes de compartilhamento de boas práticas, permitindo identificar formas mais eficazes de gestão das questões socioambientais.

Conscientes do diferencial que a sustentabilidade pode oferecer, as empresas dedicam-se a uma ampla agenda de atividades que incluem relatórios de sustentabilidade, engajamento de *stakeholders*, gestão das mudanças climáticas, adesão e alinhamento a compromissos voluntários internacionais sobre o tema e a participação em grupos seletos, como os índices de sustentabilidade em bolsas de valores.

Por isso, os investidores têm em suas mãos o poder de atuar como fortes indutores de mercado, apontando a direção para onde as empresas devem seguir. Eles representam uma importante força com potencial para abrir caminhos a uma nova economia. Uma reação positiva dos investidores em busca de ações de empresas com melhores práticas sustentáveis é a prova concreta



de que o mercado reconhece o valor da sustentabilidade e, por isso, essa deveria ser a trajetória a ser traçada pelas companhias.

No Brasil, os maiores investidores institucionais têm se engajado em iniciativas como o Principles for Responsible Investment (PRI), das Nações Unidas, com o objetivo de seguir princípios de gestão responsáveis para seus ativos. *O Valor do ISE* também apresenta o resultado de uma consulta sobre como o índice brasileiro contribui para seu trabalho. O resultado mostra a importância das informações socioambientais para a decisão de investimento dessas instituições: 75% dos fundos já utilizam ou planejam utilizar neste ano o questionário ISE respondido e publicado na íntegra pelas empresas da carteira, no site do índice (3).

A publicação *O Valor do ISE* busca contribuir para que, cada vez mais, investidores e empresas compreendam a importância da sustentabilidade para seus negócios e para o futuro da economia. A velocidade dessas mudanças no mercado depende de um olhar mais atento para as oportunidades que se abrem em face dos problemas do atual modelo de desenvolvimento.

* JORNALISTA, PESQUISADORA DO PROGRAMA FINANÇAS SUSTENTÁVEIS DO GVCES E COAUTORA DA PESQUISA *O VALOR DO ISE*.
** DOUTORA EM FÍSICA, COORDENADORA DO PROGRAMA FINANÇAS SUSTENTÁVEIS DO GVCES, COORDENADORA EXECUTIVA DO ISE E COAUTORA DA PESQUISA *O VALOR DO ISE*.

(1) HAANAES, K. et al. *Sustainability Nears a Tipping Point*. MIT Sloan Management Review. Research Report. Hollywood, Winter 2012. (2) ROSSI, J. *What is the Value of Corporate Social Responsibility? – An answer from the Brazilian Sustainability Index*. Prêmio Bannrisul de Finanças Corporativas e Banking, 2009. Disponível em: goo.gl/ILAc8. (3) Veja em isebvmf.com.br.

Em disparada | Eólicas correm para registrar projetos de carbono e tornam-se principal segmento econômico do Brasil no MDL de Kyoto

JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

Somente quatro projetos de carbono de usinas eólicas do Brasil haviam sido registrados até abril de 2012 pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto (MDL), sediado em Bonn, na Alemanha. E os quatro nos longínquos anos de 2006 e 2007. Mas, ao final de 2012, o quadro era completamente distinto. Não apenas aumentou o número de projetos, como o segmento respondeu por quase metade das reduções previstas nas emissões dos projetos registrados por empresas brasileiras em 2012.

A corrida para o MDL foi motivada pela incerteza que pairava no mundo corporativo quanto à extensão de Kyoto, cuja primeira fase de compromissos esgotou-se no fim de 2012. Segundo levantamento de PÁGINA22 no site do Secretariado da Convenção do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), os 21 projetos de eólicas registrados em 2012 contemplam redução anual de 1,88 milhão de toneladas de CO₂ equivalente (CO₂e), ou quase metade do volume total de reduções anuais previstas nos 53 projetos brasileiros registrados (3,83 milhões de toneladas de CO₂e). É o registro que autoriza a

geração das Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), créditos vendidos a empresas de países desenvolvidos que ratificaram Kyoto. No caso das eólicas, os créditos são gerados porque se evita a construção de térmicas movidas a combustíveis fósseis.

Como a produção de energia eólica vem crescendo rapidamente no Brasil, o potencial de geração de RCEs do setor deve saltar dos 2,1 milhões de toneladas em CO₂e em 2012 para 7,8 milhões de toneladas em 2017, quando a fonte terá quase quadruplicada sua capacidade instalada – para 9.082 megawatts (MW). A projeção é da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

“Na fase incentivada, com o Proinfa [1], não havia estímulo para desenvolver projetos, uma vez que a receita dos créditos pertence legalmente à Eletrobras”, lembra Elbia Melo, presidente-executiva da Abeeólica. Na nova fase competitiva da fonte eólica, as empresas arcam com os gastos para elaborar o projeto de carbono, mas auferem a receita dos RCEs.

[1] Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, instituído em 2002 e regulamentado em dezembro de 2003 pelo Decreto Federal nº 4.541.

Até as vésperas da conferência climática de Doha, no Catar, realizada de 26 de novembro a 8 de dezembro, eram nebulosas as perspectivas de continuidade do MDL a partir de janeiro. Sem a prorrogação de Kyoto, a União Europeia (UE) avisara que somente aceitaria créditos de projetos registrados até o fim de 2012. O acordo para estendê-lo, até 2020, foi finalmente selado em Doha, mas a recuperação nos preços só é esperada para o segundo semestre. Até abril, o mercado prosseguirá sob forte pressão baixista, em razão da desova de créditos gerados pelo abatimento de emissões da destruição dos gases industriais HFC-23 (um hidrofluorcarboneto) e N₂O (óxido nitroso) – as RCEs estão valendo alguns centavos de euro. A União Europeia só aceitará créditos desses gases até o fim de abril.

“Como perderão valor, esses ativos estão sendo vendidos a qualquer preço”, observa Philipp Hauser, vice-presidente de mercados de carbono na América Latina do grupo francês GDF Suez, que controla a Tractebel, maior empresa privada de geração elétrica no Brasil. Mas a crise financeira que assola a Europa também colabora com o quadro adverso, uma vez que as emissões diminuíram com a queda na produção, levando a uma sobra de licenças de emissão (*allowances*) no colo das empresas.

A Tractebel obteve em agosto registros para projetos de carbono de cinco usinas eólicas localizadas no Ceará e no Piauí. Com capacidade instalada de 145 MW, as cinco plantas deverão gerar anualmente 229

mil RCEs, rendendo ao redor de R\$ 6 milhões. “Os créditos podem ser estocados ou vendidos no momento oportuno, considerando que a baixa atual tem razões conjunturais”, avalia Hauser.

Entre as líderes no setor de eólicas, a CPFL Renováveis está desenvolvendo projetos do MDL para três parques eólicos no Rio Grande do Norte, que somam 296,2 MW, ou quase 30% da capacidade total das usinas eólicas em operação ou construção (1.038 MW). Os projetos devem gerar quase 270 mil créditos anuais de carbono e receberam registros no MDL entre maio e novembro passados. “Apesar da instabilidade de preços, nossa companhia tem como prática sempre considerar as RCEs em seus empreendimentos desde a análise prévia até a aquisição do negócio”, explica Tarcísio Borin, diretor de sustentabilidade da empresa.

Na Renova, há três projetos em desenvolvimento, com previsão de gerar cerca de 797 mil RCEs ao ano em usinas eólicas na Bahia. A CPFL e a Renova ocupam, respectivamente, a segunda e a terceira posição na lista dos maiores investidores do País em energia eólica, ficando atrás da Energimp.

O aumento nas metas de redução no segundo período de Kyoto, entre 2013 e 2020, e a sinalização do presidente Barack Obama de que será mais proativo no tema climático no segundo mandato (*mais no blog De lá pra Cá, no site de PÁGINA22*) podem ajudar a reaquecer o mercado de carbono. Se a recuperação demorar muito para acontecer, porém, os mercados de carbono poderão entrar em colapso por pura falta de negócios.



CURTAS AMBIÇÃO

É possível antecipar metas de redução de emissões – até mesmo em oito anos –, como prova a israelense Maersk Line, maior empresa de transporte marítimo do mundo. O objetivo de cortar em 25% suas emissões de CO₂ até 2020 na comparação com 2007 foi alcançado no ano passado.

SUPERNAVIO

Dessa forma, a meta de redução para 2020 foi elevada para 40%. Para atingir esse patamar, e quem sabe cruzá-lo, a Maersk colocará nos oceanos ainda este ano o navio *Triple-E*, a maior

embarcação comercial do mundo e a mais eficiente no consumo de energia. Além disso, o navio emite 50% menos CO₂ que a média dos navios mercantes.

LUZES

Muito se fala que o calcanhar de aquiles do mundo corporativo é a dificuldade de monitorar os fornecedores. Eles respondem pela maior parte do processo produtivo em algumas indústrias, como a têxtil, a de calçados e a eletrônica. O Carbon Disclosure Project (CDP) publicou recentemente um relatório que é bastante esclarecedor sobre o assunto. Acesse-o em bit.ly/XyRi7y.

HIATO

A publicação mostra a enorme distância entre fornecedores e seus clientes na percepção e no preparo para responder às mudanças climáticas. Na pesquisa realizada pelo CDP para o relatório, 27% dos fornecedores admitem não possuir metas de corte nas emissões, prática seguida por 92% das empresas situadas na ponta final da cadeia de negócios.

DESCONTROLE

Quase metade de um grupo de 55 fornecedores da Apple violou padrões ambientais do código de

conduta da fabricante do iPad em 2012. Foi a própria Apple que detectou o problema nas auditorias ambientais efetuadas nos 55 parceiros.

LANTERNA

Na China, a Apple ficou em último lugar no quesito “capacidade de resposta a preocupações ambientais e de saúde” em uma lista de 29 companhias de produtos eletrônicos. A relação foi divulgada no mês passado pelo Instituto de Negócios Públicos e Ambientais (IPE, na sigla em inglês), baseado em Beijing. (JAPG)

Mais orgânicos na mesa brasileira | O governo aposta no mercado interno, mas as políticas de incentivo ainda são tímidas

GISELE NEULS

Agropecuária orgânica brasileira ocupa uma área estimada de 1,5 milhão de hectares, quase nada dentro dos 68 milhões de hectares cultivados em todo o País. Mas este mercado está longe de ser insignificante – ao contrário, está em expansão e ganhando respeito de atores proeminentes da economia convencional. Mostra disso é o prêmio Eco 2012 da Câmara Americana de Comércio (Amcham), entregue em dezembro à avícola orgânica Korin, cujos produtos já estão presentes em 19 estados. Para o governo, esse perfil de produção está em expansão e pode conquistar o mercado interno. Para especialistas, ainda falta muito investimento para se chegar lá.

O coordenador de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Rogério Dias, diz

perceber mudanças desde a regulamentação da Lei dos Orgânicos em 2007 [1]. Mesmo sem dados precisos sobre o mercado brasileiro [2], ele toma as grandes feiras setoriais, como a Biobrasil e a Biofach, como indicadores da evolução deste mercado em direção à maior agregação de valor. “O marco regulatório deu clareza e confiança para as pessoas investirem mais nos orgânicos. Cresceu de forma incrível a diversidade e o volume de produtos processados, que, além da agregação de valor, podem ficar mais tempo na prateleira”, afirma Dias. E é exatamente o mercado interno o foco estratégico do Mapa. “Se trabalharmos o orgânico só para exportação, a sociedade não se vê como beneficiária e não apoia”, reflete Dias.

O governo aposta na regulamentação para ampliar a produção e o consumo interno de orgânicos. No ano passado, lançou a

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), com a ambição de enfrentar os principais gargalos da produção orgânica: crédito e financiamento, assistência técnica e pesquisa e desenvolvimento de tecnologias. Como principal instrumento para sua concretização, a Pnapo contempla o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que o governo espera lançar até o final deste semestre.

É bom, mas é pouco. Para José Maria Ferraz, pesquisador da Universidade Federal de São Carlos e integrante da Associação Brasileira de Agroecologia, sem um orçamento expressivo, a Pnapo não fará muita diferença. “O modelo convencional é subsidiado, financiado, tem pesquisa. A produção orgânica não tem essas facilidades”, aponta. O pesquisador acredita que a produção orgânica poderia responder pela maior parte

do mercado interno de alimentos, visto que em torno de 60% da alimentação diária do brasileiro vem da produção familiar, na qual é mais viável produzir de forma orgânica. Mas, para isso, a política agrícola do País precisa tratar os orgânicos no mínimo em igualdade de condições com a produção convencional, o que significa ampliar substancialmente o montante de subsídios ao crédito e oferecer linhas para investimento na conversão das terras para a produção agroecológica.

Ferraz lembra que o produtor orgânico arca com os custos de adequação legal em relação à suas áreas de preservação permanentes, nascentes e reserva legal; garantias sanitárias e certificação. “Apesar de causar um impacto maior para o ambiente, o sistema convencional não precisa de nada disso. O custo fica menor porque o preço do convencional não inclui essas externalidades”. Ainda assim, as feiras orgânicas, de onde se escoia a maior parte da produção

orgânica diretamente para o consumidor, começam a derrubar o mito de que o produto é muito caro. Levantamento do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) de 2010 comparando os preços de hortifrúti em feiras e supermercados constatou que nas feiras orgânicas os produtos eram mais baratos. Um pé de alface americana orgânica em São Paulo, por exemplo, saía a R\$ 2,17 na feira e R\$ 3,88 no supermercado, uma diferença de quase 80% [3].

[1] A produção e certificação de orgânicos é regulamentada pela Lei nº 10.831/2003 e o Decreto nº 6.323/2007. [2] O Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi a primeira pesquisa a fornecer dados oficiais sobre a agropecuária orgânica brasileira, identificando mais de 90 mil estabelecimentos. [3] A pesquisa e um mapa das feiras orgânicas do País estão disponíveis em idec.org.br/feirasorganicas.

ENTREVISTA RACHAEL BOTELHO

VENTURA INOVA NO FINANCIAMENTO SOCIOAMBIENTAL

Em uma época de intensa exposição, exacerbada pelos meios digitais, um grupo de investidores do Rio de Janeiro preferiu o anonimato quanto a seu apoio a uma iniciativa inovadora de financiamento a empreendimentos com impactos socioambientais positivos. Com metas e indicadores para os projetos apoiados, o Instituto Ventura (ventura.org.br), fundado em 2009, dá uma segunda chance ao pequeno produtor inadimplente, às vezes porque deixou de pagar prestações de uma compra. Quem conta a PÁGINA22 como funciona o jovem instituto é a economista Rachael Botelho, coordenadora de operações da entidade. (JAGP)

No que o Instituto Ventura distingue-se de outras iniciativas de financiamento a pequenos empreendimentos com impacto socioambiental positivo?

Nosso diferencial está na metodologia de gestão por resultados na qual se insere o tripé financiamento, assistência técnica e fortalecimento institucional. Fornecemos acesso a capital com valor médio de R\$ 100 mil por projeto para empresas e organizações sociais de comprovado impacto ambiental positivo. Ao prestar assistência técnica, também participamos de decisões estratégicas da instituição apoiada. E, ainda, a fim de deixar um legado de fortalecimento institucional, estabelecemos indicadores e metas para acompanhamento do projeto.

O instituto trabalha com desembolsos atrelados ao desempenho do projeto. Pode

explicar melhor como isso funciona?

Se financiamos um projeto de R\$ 100 mil, provavelmente faremos quatro desembolsos trimestrais de R\$ 25 mil ao longo de um ano. Ao fim de cada período, avaliamos as metas e definimos, em conjunto, possíveis ajustes aos desembolsos.

Pode mencionar exemplos de sucesso nas atividades apoiadas pelo Ventura?

O Ventura possui dois modelos de financiamento: investimento direto, destinado a pequenas empresas verdes, e o fundo compartilhado, que beneficia cooperativas e associações de pequenos produtores. Apoiamos, por exemplo, a Lumen, que negocia alimentos orgânicos e funcionais e conseguiu dar acesso ao grande varejo a várias pequenas empresas. Na linha do fundo compartilhado, tivemos ótimos resultados, montando fundos de microcrédito gerenciados por instituições como o Instituto Socioambiental (ISA), que trabalha no fomento da coleta de sementes para reflorestamento em Mato Grosso.

Grandes empresas também encontram espaço nos projetos do Ventura?

Certamente. Temos, por exemplo, uma parceria de sucesso com a Inaceres, maior empresa comercializadora de palmito cultivado do País. O projeto agrega ao nosso modelo o tão importante aspecto da comercialização, muitas vezes negligenciado no fomento rural. Juntamente com a Inaceres, financiamos a

entrada de pequenos agricultores da Bahia em sua rede de fornecedores. A empresa, por sua vez, garantiu a compra do produto a um preço justo. Procuramos replicar o modelo com outras grandes empresas.

Na Amazônia, muitos pequenos produtores de comunidades isoladas não conseguem crédito porque estão na lista suja de inadimplentes, por não terem pago prestações de alguma compra. O Ventura parece tratar o assunto com maior flexibilidade.

Avaliamos as situações caso a caso. Trabalhar em parceria com uma instituição local idônea é chave para o sucesso da aprovação do crédito. No caso do projeto do palmito citado anteriormente, contamos com a experiência da TechnoServe, ONG especialista em levar soluções empresariais ao meio rural. Também estamos em avançadas negociações com a Ouro Verde (beneficiadora e comercializadora de castanha-do-pará). Parceiros locais da empresa nos ajudarão a identificar beneficiários aptos a receber um adiantamento para custear a coleta da castanha. Também sabemos que pode haver dívidas anteriores e nomes ainda “sujos”. Nos dispomos a humanizar mais o crédito. Quando você dá uma segunda chance a quem mais precisa, os resultados podem surpreender. No projeto do palmito, o reembolso previsto em 2012 era de apenas 5% da dívida, mas os agricultores optaram por reembolsar até 20%, já de olho no financiamento da próxima safra.

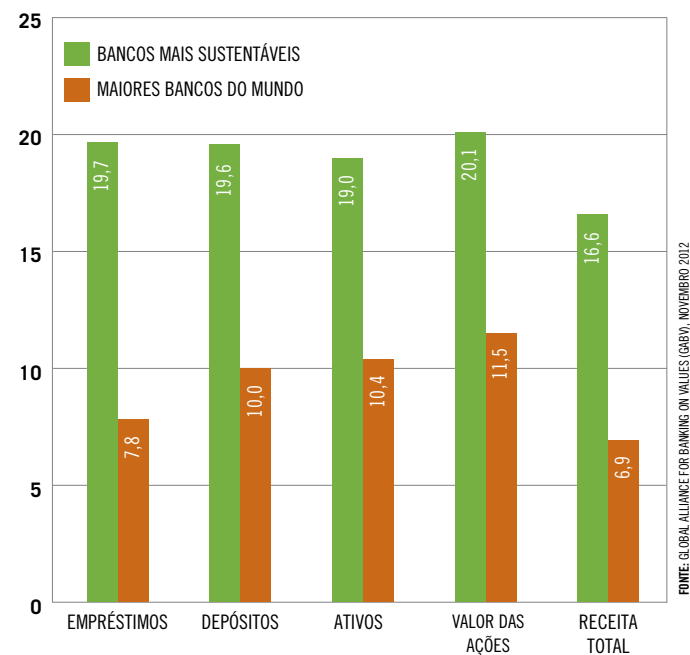
Os bancos verdes superam os convencionais, segundo estudo

As instituições financeiras mais alinhadas com a prática da sustentabilidade apresentam taxas de crescimento superiores às dos maiores bancos do mundo em quesitos básicos da operação financeira, como empréstimos, depósitos, valor das ações e receita total. Em termos relativos, também emprestam mais: 72,4% de seus ativos destinam-se ao crédito, percentual que declina para 40,7% no caso dos grandes bancos convencionais.

É o que revela o estudo *Strong and Straightforward: The Business Case for Sustainable Banking* (“Forte e Simples: O Argumento Comercial a Favor dos Bancos Sustentáveis”, em tradução livre), publicado em novembro pela Global Alliance for Banking on Values (GABV), sediada na Holanda. O trabalho compara o desempenho entre 22 bancos considerados sustentáveis pela GABV e 28 grandes instituições convencionais no período de 2002 a 2011, com base em informações públicas e relatórios anuais dessas instituições.

Segundo o estudo, bancos com práticas mais sustentáveis alocam mais recursos a projetos com impactos socioambientais positivos e seu modelo de negócio é mais robusto e resiliente (na comparação em termos relativos com os grandes bancos). O foco dos empréstimos é a economia real e busca-se prudência quanto às suas posições de capital, pois tratam o lucro como um meio para alcançar seus objetivos em vez de um fim em si mesmo. Acesse em bit.ly/QZbYJh. (JAGP)

TAXAS ANUAIS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DE 2002 A 2011 (EM %)





Ronaldo Lemos, 36 anos, é fundador e diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, criou o site Overmundo e gerencia o Creative Commons no Brasil

O resgate da internet

POR ANA CRISTINA D'ANGELO FOTO FABIO CAFFÉ

Fundador e diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da FGV, o professor **Ronaldo Lemos** é hoje um dos maiores pesquisadores da cultura digital no País. Ele trafega pelos temas internet, direitos autorais e propriedade intelectual na mesma medida em que se interessa por música, pelo tecnobrega paraense (objeto de uma de suas pesquisas mais conhecidas) e a proliferação de *lan houses* e *tablets*. Lemos foi uma das figuras-chave na iniciativa e elaboração do projeto de lei que cria o Marco Civil da Internet no Brasil. Também fundou o site Overmundo, para mostrar como se faz trabalho colaborativo, livre e compartilhado. E, ainda, gerencia o Creative Commons no País, as licenças públicas para produção de conteúdos diversos. Nesta entrevista, concedida no Rio, durante o Global Congress – uma conferência com a missão de construir uma agenda propositiva global na área de propriedade intelectual –, Lemos aponta que a tarefa dos próximos anos é selecionar e tornar disponíveis os conteúdos que vão “rodar” nas já onipresentes ferramentas tecnológicas.

Em 2001, Manuel Castells (*no livro A Galáxia da Internet – Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*) fez uma análise interessante sobre o uso da web e os efeitos na cultura e na sociedade. Conectividade não resolveria os problemas da humanidade nem seria a derrocada da vida social. Como fazer uma análise adequada e profunda do tema, considerando-se esgarçamento das relações, solidão, doenças psicossomáticas versus novas sociabilidades, relações mais horizontais, compartilhamento, cultura livre?

O Castells é ótimo, enxergou a internet pela perspectiva de rede e das ciências sociais, o que trouxe reflexões para o ativismo e o papel da internet em mudanças no sistema político. Mas tem um pensamento que eu acho particularmente interessante, que é do McLuhan (*Marshall McLuhan foi um teórico da comunicação, que introduziu o conceito de aldeia global para caracterizar a sociedade contemporânea interligada*). Ele lembra que estamos mergulhados em um universo de mídia. Ou seja, toda vez que há uma mídia nova, isso, inevitavelmente, leva a mudanças de vida. A internet, que é a mídia de todas as mídias em toda sua complexidade, flexibilidade e dinamismo, tem um impacto gigantesco na vida de todos.

Sem ser ufanista ou catastrofista.

Nenhuma das duas coisas. McLuhan enfatizava o caráter humanista das mídias. Achava que elas extrapolariam as possibilidades humanas, amplificariam os sentidos, nossa capacidade de pensar e nossa memória. Ele via como que uma expansão do humano se materializando naquelas mídias. Eu concordo, mas não sou tão otimista. Ele considerava as mídias um vórtice em que os seres humanos seriam envolvidos e saberiam compreender. Mas hoje a capacidade desse vórtice extrapolou. É tanta informação, dados e coisas acontecendo que nós não temos mais a capacidade de processar e lidar com tudo isso. Precisamos cada vez mais de ferramentas e é a própria mídia que analisa a mídia. Existem várias estratégias, as curadorias sociais e as curadorias eletrônicas por algoritmo, que é o que o Google faz. O que eu acho importante é que o McLuhan pensava que o homem sempre seria capaz de dar conta do vórtice, mas estamos chegando no momento em que não dá mais.

E as curadorias ainda são feitas pelas grandes corporações, reproduzindo o modelo concentrador do mundo real, não é?

É informação demais e as pessoas não têm tempo para tanto, estão cansadas. Quem fica imerso e conectado precisa de filtros. Hoje, para a maioria das pessoas, os filtros são estes: de um lado o Google (*que usa algoritmos matemáticos para descobrir o que é importante e o que não é*) e de outro o Facebook, que usa algoritmos, mas também as informações de suas relações sociais. É curioso, porque ele devolve para você o mundo à sua imagem e semelhança, e entrega o que você mais preza, que é você mesmo. O produto do Face é ser um espelho do usuário, é mergulhar você em uma bolha. Tem gente dizendo que isso aumenta o radicalismo, porque confirma posições e você acaba convivendo apenas com quem pensa da mesma maneira, perde o convívio com o diferente, com o acaso e o contraditório. E isso já é um problema geracional – quem nasceu depois de 1976 tem dificuldade de conviver com contradições e frustrações, as características da geração Y, a geração do ego.

Caminhamos para o momento em que a desconexão é que será um luxo

Pensando em tudo isso, a promessa original da internet, que é a diversidade, ausência de fronteiras e pluralidade, não se concretizou.

O diagnóstico então é sombrio, porque existe uma concentração nessas ferramentas que determinam o que será a vida social.

Antes um artista importante lançava um disco e as pessoas faziam fila para comprar o disco. Você estava prezando o conteúdo. Hoje as pessoas fazem fila para comprar o iPhone ou o novo aparelho. Não é o artista que importa mais, é o meio que se tornou a estrela, em detrimento do conteúdo. A mídia interessa mais que o conteúdo. Aliás, o conteúdo é X, pode ser qualquer coisa e tem uma validade mínima. Tudo está virando a lógica da moda, você tem alguns momentos de atenção, popularização, começa a decair, até que fica esquecido. Isso se aplica à música, o artista do verão que depois desaparece, e também à informação. O ciclo das notícias está se acelerando, a notícia do dia enquanto a gente conversa aqui é essa tragédia nos EUA em que várias crianças foram assassinadas em uma escola, e o ciclo desses dias será essa tragédia, mas daqui a três quatro dias o ciclo se renova e essa notícia perdeu a relevância e, muitas vezes, nem a memória dela será preservada. A memória em tempos de internet é para mim um tema muito importante.

O tema desta edição é “menos é mais”. Quais “menos” necessários enxerga em sua seara (*tecnologia e sociedade*)? Menos conectividade, por exemplo, é necessário?

Estamos caminhando para um momento em que a desconexão será um luxo. Hoje a conexão ainda é um luxo, pensando que, dos 7 bilhões de habitantes da Terra, apenas 30% têm acesso à internet.

Pensando a longo prazo, e para os que já estão conectados, o fato é que vai ser cada vez mais difícil se desconectar. A internet vai se misturar ao mundo físico. Hoje o acesso é mediado pelo celular, mas estamos caminhando para “a internet das coisas”, em que a rede estará em todos os lugares. Você estará cercado por telas sensíveis ao toque, à voz, à sua movimentação, e o mundo inteiro será um grande aparelho de interação.

Nessa perspectiva, a desconexão será rara e as pessoas vão querer se desconectar em algum momento, porque o equilíbrio é necessário. Ficar conectado o dia inteiro e ser bombardeado de informação gera uma sobrecarga cognitiva. Não sou fatalista, acho que o cérebro tem possibilidades imensas para se adaptar, mas

desconectar faz bem. Então, abrir mão da sobrecarga e valorizar outro ritmo é positivo para a inteligência e para o bem-estar.

Quais redes sociais manter e de quais podemos “nos livrar”, em nome da sanidade?

Bem, o Facebook é a praça do shopping, não da cidade. Isso porque ele é privado, com regras próprias, ele diz o que pode e o que não pode e isso não é decidido de maneira livre e democrática. E tem uma frase que um amigo costuma dizer de que eu gosto muito: o Facebook é o condomínio fechado tomando conta da cidade. Esse é o nosso dilema, estamos trocando a cidade ampla, descentralizada, livre, caótica (*que é a internet*), que está perdendo espaço e virando um grande condomínio fechado, com as ruas todas arborizadas padronizadas.

Podemos pensar então que a internet está subaproveitada?

O potencial dela é quase ilimitado. Pense que a internet é uma infraestrutura em que tudo o que você constrói no topo – foto, vídeo, filme, qualquer aplicação – vai rodar e na base pode ser acessada por qualquer aparelho. Então ela tem formato de ampulheta, roda qualquer aplicação, no topo, e, embaixo, qualquer aparelho. Com qualquer coisa que plugar você terá acesso a todo tipo de suporte que ela pode exibir. Esse caráter de abertura de conteúdos e acesso tem que ser preservado. O problema é quando sites como Facebook, Google e mesmo governos tentam restringir essa estrutura de ampulheta.

O senhor disse em artigo na Folha ([acesse em goo.gl/d73f3](http://acesseemgoo.gl/d73f3)) que, cedo ou tarde, a educação será revolucionada pela tecnologia. Que o material didático baseado no texto é um descompasso com o mundo multimídia. Mas a inserção de tecnologia nas escolas resolveria estatísticas como a que aponta o Ibope, de que 38% dos egressos do Ensino Superior no Brasil são analfabetos funcionais, ou seja, mais de um terço dos que completam a faculdade não são plenamente alfabetizados?

A tecnologia sozinha não resolve esse problema. É preciso enxergá-la como integrante de um sistema mais complexo, professores, qualidade do material didático, programa pedagógico

bem pensado. Mas a tecnologia é uma ferramenta extraordinária. Chamo atenção para o paradoxo que vivemos. Os alunos convivem com um ritmo e uma intensidade de informações altíssimos fora da escola e, quando chega lá, essa velocidade e quantidade caem drasticamente. A escola se torna um ambiente frustrante do ponto de vista da informação. Se São Tomás de Aquino se materializasse no mundo de hoje, ele se surpreenderia com hospitais, com as estradas, automóveis, mas não se surpreenderia com uma escola.

Ela está no mesmo modelo da Idade Média, que é um professor na frente e um monte de alunos ouvindo. Para a educação é fundamental mudar a dinâmica de como o conhecimento é gerado. A escola precisa ser participativa, os alunos precisam aprender a colaborar uns com os outros.

Hoje o modelo educacional é unidirecional, em que o aluno ouve e o professor fala. Isso ignora que o aluno também é fonte de informação. E essa troca de experiências e informações e visões de mundo tem que ser provocada no ambiente escolar. A escola tem o papel de soltar a força e todo o conhecimento entre os alunos e fazer com que eles colaborem uns com os outros. E a tecnologia é excelente ferramenta catalisadora da colaboração.

Aqui no Rio tem uma experiência bacana, a da Universidade das Quebradas (universidadedasquebradas.pacc.ufrj.br), baseada na ecologia dos saberes, que é pensar a educação pela experiência de todos, unindo prática e a ciência.

O projeto do Gilberto Dimenstein do Bairro Escola é muito interessante. O bairro em que a escola está inserida é usado como oportunidade educacional. Por exemplo, se tem uma oficina mecânica, o mecânico pode compartilhar o saber dele com as pessoas, e o dono da padaria compartilha a informação financeira com os alunos. O que a tecnologia permite é trazer tudo isso sem necessidade de ir fisicamente até lá, construir as pontes e manter os canais abertos, sem que os alunos tenham que sair com a professora naquela operação que nem sempre é simples. Você pode criar buscadores, fazer videoconferências, abrir janelas para o mundo ou o bairro desde a sala de aula.

A respeito do Marco Civil da Internet, o que está em jogo, por que a votação está parada no Congresso e quais são os ganhos para os cidadãos?

A FGV participou do processo desde o início, em 2007, quando escrevemos um artigo dizendo que a internet deveria ser regulamentada civilmente. Tivemos várias adesões e começou um movimento nessa direção, culminando no projeto de lei do Marco Civil, que ficou um ano e meio em consulta pública e resultou em um documento muito benfeito e sofisticado. O Executivo abraçou o projeto e o enviou ao Congresso, mas agora ele está enfrentando dificuldades e lobbies. Mas, do ponto de vista do interesse público, ele é importantíssimo. Garante que a internet permaneça internet, ou seja, com os princípios de abertura, descentralidade, isonomia, amplo acesso. Preserva a privacidade, tem disposições muito específicas assegurando que o que está na Constituição precisa estar garantido também na internet. Defende também a liberdade de expressão e incentiva e protege a inovação.

O Facebook é a praça do shopping, não da cidade. Cria regras sem democracia

Hoje, quem está barrando o projeto no Congresso são as grandes empresas de telecomunicações, que pretendem transformar a internet em um serviço multimídia?

Este é um debate global, mas tivemos uma vitória recente. Dubai disse que qualquer linguagem no tratado internacional de telecomunicações contra a neutralidade da rede deve ser excluída. Ou seja, a rede é neutra e livre. Aqui no Brasil nossas chances resvalam no sistema político. O que assistimos hoje é que o Marco Civil está pronto para ser votado e o que sobrou foi a questão política. Vemos de forma clara os partidos comprometidos com o interesse público e os partidos comprometidos com interesses puramente privados ou corporativos, que não estão nem aí para o interesse público e são contrários ao Marco Civil. Houve uma cisão, o cidadão pode olhar os partidos contrários e verá que a razão é de comprometimento privado, porque receberam alguma doação de campanha das teles ou porque estão comprometidos com outros interesses econômicos.

Direitos autorais e propriedade intelectual: como o País se posiciona hoje? A lei ainda penaliza autores e beneficia os intermediários?

A reforma da lei de direitos autorais já se estende por sete anos. É um tema fundamental, porque a lei se descolou da realidade. Se olharmos as práticas de hoje nas bibliotecas, nas universidades e o que os jovens fazem no computador, vemos que a tecnologia trouxe possibilidades que a lei de direitos autorais não dá conta de atender. É preciso reconciliar a lei e a realidade, permitindo que se pense a informação conjugada com o desenvolvimento, dando ao autor a justa remuneração, ao mesmo tempo que fomentam novos negócios e possibilidades de circulação da informação.

O que significa a ampliação da banda larga no Brasil? O que devemos observar sobre a proposta de regulá-la?

A banda larga hoje no País é muito insuficiente. O Brasil tem que ser mais agressivo e enxergar a banda larga como parte da infraestrutura, como a China fez. O salto tecnológico chinês partiu desta premissa, a de que a tecnologia da informação causa impacto em todas as outras áreas.

Aumenta a eficiência da saúde, da agricultura, de todas as outras áreas. Produz externalidades positivas para tudo. O Brasil precisa ser ambicioso, construir redes, receber tecnologias vindas de todos os lugares e fomentar a demanda que o país tem pela conectividade. Permitir que o brasileiro tenha sua internet, de qualidade, com fibra ótica passando nos municípios, pois a qualidade do acesso é tão importante quanto o acesso em si. E o cabeamento das cidades vai definindo as regiões prioritárias para desenvolvimento. Sou do interior de Minas e vejo a transformação. Minha cidade (Araguari) foi escolhida para um projeto pioneiro de TV a cabo já em 1987. Isso impactou uma geração inteira e vejo claramente a ligação entre conectividade e oportunidade.

Acabei de ir a uma conferência na Universidade Harvard e eles faziam um mapa no qual viam as pessoas que participavam da conferência, tinha gente do mundo todo. Depois pegaram um mapa que mostrava onde existia conectividade em banda larga e o sobrepuseram ao mapa anterior: coincidia exatamente. Estavam ali em Harvard apenas pessoas que habitavam os lugares onde havia

Cada vez mais o Creative Commons chega à educação

conectividade banda larga. Não é uma coincidência, conectividade significa oportunidade.

O Creative Commons no Brasil está fazendo dez anos. Como está a disseminação?

O Brasil foi pioneiro em Creative Commons, em 2004, foi o terceiro país do mundo, logo depois do Japão e da Finlândia. A partir daí, a adoção das licenças públicas só cresceu. Começou muito na música, pelo entusiasmo do Gil (*Gilberto Gil, quando ministro da Cultura, levou o Creative Commons para sua pasta*), e teve aquela explosão na música e no audiovisual. Agora, ele chega cada vez mais à educação. É um terreno que está se ampliando. Existe um movimento global dos chamados REAs – Recursos Educacionais Abertos (rea.net.br/site). É uma recomendação da Unesco que os materiais didáticos sejam cada vez mais produzidos de forma livre, aberta, de modo a potencializar a educação. Quando o cara tiver um *tablet* na sala de aula, o conteúdo que ele vai acessar primeiro é o que estiver aberto e disponível. Se este conteúdo estiver em Creative Commons, é o que ele vai utilizar.

Suas pesquisas são voltadas para tecnologia e periferia, a proliferação das *lan houses* e o fenômeno do tecnobrega. Agora, o uso da internet já está disseminado em outro cenário. Quais os desdobramentos de seus estudos, para onde caminham?

As pesquisas continuam de vento em popa e cada vez mais descobrimos coisas incríveis. Estamos fascinados com a chegada dos *tablets* no Brasil. Em 2011 eram 200 mil, no fim de 2012 são mais de 5 milhões. E a maioria deles não são Apple ou Samsung Galaxie, são feitos na China a custo baixíssimo. Desenhados para a população de baixa renda, custam de 60 a 80 dólares com características diferentes dos Apple: pegam rádio FM, TV digital, Bluetooth. Para os de alta renda pode não ter importância, mas para as áreas carentes isso é essencial. Então, a gente está muito fascinado com isso que está dando conectividade para muitas periferias do Brasil. O impacto na educação e acesso ao conhecimento é fundamental.

A pergunta que se faz é qual o conteúdo que vai ocupar esses *tablets*. Como as pessoas vão buscar esses conteúdos, quais os materiais, as músicas, os filmes? A tecnologia está se espalhando, seja por *lan house*, seja por *tablet*, ou o que virá depois, o que a gente precisa se preocupar é em dar garantias para que a pessoa tenha acesso ao melhor conteúdo possível. Hoje tem um monte de gente comprando o *tablet* antes de ter o PC, é isso que estamos enxergando nas pesquisas. Então, os projetos são múltiplos, tentando ver o que vai impactar os próximos dez anos e ajudar a planejar as políticas públicas mais adequadas para aproveitar esses potenciais. [\[2\]](#)

[ANÁLISE]

O fim do capitalismo das organizações | Quem terá o domínio das atividades econômicas do século XXI? A literatura mais recente traz duas respostas polares a esta questão crucial **POR RICARDO ABRAMOVAY***

Pavan Sukhdev, em *Corporation 2020*, enfatiza o papel cada vez mais importante das corporações na vida contemporânea. Seu diagnóstico a respeito das grandes empresas é implacável: até aqui, sua marca emblemática é o ano de 1920, quando foi juridicamente consolidada nos Estados Unidos a ideia de que a firma existe exclusivamente para atender aos acionistas: utilizá-la para cumprir obrigações socioambientais não faz parte das razões de sua existência e pode ser contestado legalmente. [\[1\]](#)

O ano de 2020, utilizado no título de seu livro, ecoa um conjunto de publicações originárias do meio empresarial mostrando a incompatibilidade entre o modo de funcionamento da empresa atual e a urgência de que surja uma vida social orientada pela redução das desigualdades e pela preservação dos serviços ecossistêmicos dos quais dependem as sociedades humanas.

Seu foco é a organização empresarial e as possibilidades de que esta se transforme para fazer dos mercados um meio de promover bem-estar, equidade e regeneração, ao menos parcial, do que já foi destruído até aqui. Esta abordagem é partilhada por trabalhos recentes da PricewaterhouseCoopers sobre mudanças climáticas [\[2\]](#), pelos da KPMG, calculando os custos ambientais de funcionamento das companhias [\[3\]](#) e pelos da Deloitte [\[4\]](#) (cuja expressão mais completa é o último livro de John Elkington, *Os Zeronautas*).

Mas serão as corporações (mesmo que impulsionadas pelas mudanças radicais que muitas consultorias globais preconizam em seus objetivos e em seus métodos) as organizações estratégicas da vida econômica das próximas décadas? Serão elas os vetores fundamentais da mutação para uma economia sustentável? Gerald Davis, da Universidade de Michigan, traz evidências de peso para responder a esta questão pela negativa.

Na verdade, a marca decisiva do capitalismo americano dos dias de hoje



é o declínio e não o fortalecimento das corporações. Nos últimos 15 anos, a quantidade de empresas com ações em bolsa nos Estados caiu pela metade. As corporações respondem por parcela cada vez menor da produção material e do emprego. Mais que isso: suas funções históricas de promover coesão social por meio do acesso amplo a serviços de saúde e de aposentadoria deixaram de existir. A proposta de fazer de cada cidadão o gestor de uma carteira de investimentos que lhe permitisse, por sua própria iniciativa, administrar sua previdência social e sua aposentadoria teve como resultado principal um aumento espantoso da pobreza e, sobretudo, das desigualdades na sociedade americana.

Um novo tipo de organização econômica emerge dos escombros do capitalismo corporativo que marcou a vida de quase todo o século XX, como mostra Gerald Davis em um texto recente [\[5\]](#). Sua base material e tecnológica está no extraordinário potencial das mídias digitais em democratizar não só o mundo da cultura, mas, de forma crescente, a própria produção material e de energia. “Soluções locais para produzir, distribuir e partilhar podem oferecer alternativas funcionais às corporações tanto para a produção como para o emprego”, diz Davis.

A ideia de que a organização empresarial é capaz de reduzir drasticamente os custos de transação e, em virtude disso, de que as formas hierarquizadas de gerir recursos materiais, energéticos e bióticos são sistematicamente superiores às

descentralizadas encontra-se hoje sob franca contestação. Tecnologias digitais como a impressora em três dimensões e as máquinas de corte a laser levam ao mundo da matéria aquilo que a internet propiciou, nos últimos 20 anos, ao mundo da cultura [\[6\]](#). Quando se juntam a essas novas técnicas o movimento em direção à oferta descentralizada de energia, o resultado é o desenho de uma vida econômica bem diferente daquela que marcou a era das corporações.

A grande virtude econômica da sociedade da informação em rede não reside tanto no aumento das capacidades produtivas, mas numa dupla contestação daquilo que marca a civilização industrial. Em primeiro lugar, ela abre caminho para que a iniciativa individual e as formas localizadas de produção ganhem eficiência econômica e disputem o coração da vida econômica em vários setores. Em segundo lugar, são formas de conceber, produzir e distribuir bens e serviços que se apoiam, cada vez mais, na cooperação social direta, na partilha.

Transformar as corporações em direção aos métodos e aos objetivos apontados nas sugestões recentes de várias consultorias globais é essencial. Mas tudo indica que o desenvolvimento sustentável vai apoiar-se cada vez mais na iniciativa econômica de indivíduos e comunidades locais com base em meios técnicos à disposição de sua criatividade e de seus talentos.

* PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA FEA E DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP. É AUTOR DE *MUITO ALÉM DA ECONOMIA VERDE*. TWITTER: @ABRAMOVAY

[\[1\]](#) Mais em ricardoabramovay.com/2012/12/procura-se-a-empresa-do-futuro e na entrevista concedida por Sukhdev a PÁGINA22 na edição 69 [\[2\]](#) Acesse em goo.gl/knPp6 [\[3\]](http://goo.gl/F0054) [\[4\]](http://goo.gl/R1Ksn) [\[5\]](http://goo.gl/4ggNx) [\[6\]](http://goo.gl/GMCFI)

Menos rotações por minuto

A atual organização socioeconômica e os avanços tecnológicos trazem conforto e crescimento. Mas também nos levam a uma exaustão física, mental e de recursos naturais. É hora de diminuir o ritmo e valorizar outros aspectos da vida, como o tempo livre, relativizando o papel do trabalho e do consumo na busca da felicidade

POR THAÍS HERRERO



"Não há razão econômica para ainda existir miséria, porque o problema não está em produzir mais, mas sim em distribuir melhor as riquezas", afirma Ladislau Dowbor

Caro leitor, você só está lendo esta reportagem porque o mundo não acabou no dia 21 de dezembro, como pregaram algumas previsões que interpretaram erroneamente o calendário maia. Mesmo assim, o futuro não é muito promissor para a Terra e seus habitantes. Em janeiro, mais um estudo foi divulgado confirmando que aquecimento global continua a se agravar. Desta vez, a fonte é a agência espacial dos Estados Unidos (Nasa), uma das maiores autoridades do mundo em pesquisas sobre clima. Embora não tenha sido o último, 2012 foi o ano mais quente já registrado desde 1880, quando a Nasa iniciou suas medições, com temperatura média de 14,6 graus. Isso é 0,6 grau superior à temperatura média de meados do século XX e 0,8 grau mais alta do que a média do final do século XX.

O aquecimento é só um dos nossos problemas. Ainda há a superexploração dos recursos naturais, a produção de lixo, a degradação dos ecossistemas, a sexta extinção em massa dos animais (desta vez provocada pela ação humana), a ilha de plástico formada no Pacífico, a poluição do ar, a fome, a pobreza etc. É muita dificuldade para um planeta só.

Reportagens alarmistas sobre o nosso futuro proliferam na mídia. A proposta da PÁGINA22 segue outra trilha, que nos leva a refletir sobre nosso relacionamento com a vida. Com a nossa, com os demais seres vivos, com o ecossistemas e com a Terra.

Propomos alguns "menos" no ritmo da vida moderna para que assim alcancemos outros "mais". Por exemplo, é preciso menos carros particulares para haver mais mobilidade e transporte público nas ruas. Menos concentração de renda para mais qualidade de vida. Menos sucateamento da mão de obra para uma maior oferta de empregos. Quer mais amigos por perto? Desligue o Facebook e vá até a casa deles. A pergunta central é: precisamos de tanto?

"Oferecer um consumo decente para todos no planeta é possível, desde que contenhemos o consumo desenfreado de poucos", diz Ladislau Dowbor, professor de economia e administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no texto *Os dilemas do consumo* [1]. Produtos de grife, por exemplo, custam 100 vezes mais que o custo de sua produção e provêm de uma

mão de obra que ganha pouco e vive mal. Para o professor, não há razão econômica para ainda existir miséria, porque o problema não está em produzir mais, mas sim em distribuir melhor as riquezas. "Se produzíssemos mais itens que são realmente necessários e menos plásticos descartáveis e similares, tudo se equilibraria", diz.

OUTRA ECONOMIA

Comer, comer/ comer, comer/ é o melhor para poder crescer, cantam as crianças antes de avançar em um saboroso prato. A mãe recomenda e faz parte da vida desejar o amadurecimento e esforçar-se para isso. É assim que pensam também governos e empresas, que perseguem taxas de crescimento contínuas. É impossível, porém, crescer infinitamente em um planeta de recursos limitados.

"Se quisermos levar a sério o objetivo de salvar a Terra, precisamos dar outra forma à nossa economia", alerta o dossiê *How Our Economy is Killing the Earth (Como Nossa Economia está Matando a Terra*, em tradução livre). "Demorou toda a história da humanidade para a economia atingir a sua dimensão atual. Na forma corrente, levará apenas duas décadas para dobrar", documentou o texto. [2]

Apesar do crescimento econômico robusto, observado especialmente a partir da década de 1950, 45% da população mundial (sobre)vive com menos de US\$ 2 por dia. Segundo o relatório *Growth Isn't Working*, a cada US\$ 100 de crescimento global, apenas US\$ 0,60 chegou aos pobres, entre 1990 e 2001. [3] Por isso, "comer, comer para poder crescer" não funciona a longo prazo, como já mostrou a reportagem "O fermento impossível", na edição 45.

CHEGA DE PIB

No fim de 2012, houve um grande furor quando o valor do PIB brasileiro foi divulgado. Um crescimento em torno de 1% – taxa que deve ser confirmada em breve pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – significa quase uma estagnação econômica, refletindo queda nos lucros das empresas e menos dinheiro de impostos no caixa do governo.

[1] Acesse em dowbor.org

O PIB já foi considerado um bom parâmetro para medir riqueza, mas há algum tempo tem sido renegado por especialistas que veem a economia sob um prisma sistêmico, associado a outras dimensões fundamentais da vida humana. O índice não mede a qualidade da educação e da saúde, e considera como riqueza nacional o faturamento gerado às custas da poluição atmosférica e hídrica, ou mesmo a que é produzida com efeitos nefastos à saúde humana. (veja discussão sobre o PIB versus indicadores de sustentabilidade na edição 4, "Crescer por Crescer?", em 2006)

"O crescimento do PIB por si só não diminui a desigualdade", reafirma João Luiz Homem de Carvalho, economista e professor da Universidade de Brasília (UnB). Ele usa como exemplo a morte do Beatle John Lennon. "As quatro balas que atingiram o cantor contribuíram para o PIB dos Estados Unidos em 1980. Foram produzidas, comercializadas e, ao matar alguém, diminuiu-se a população, aumentou o PIB *per capita* e a renda *per capita*. Isso faz sentido só na lógica econômica corrente", diz.

Outro problema do PIB é não levar em conta a redução dos estoques de capital natural. Exportar petróleo, por exemplo, aumenta o tamanho da riqueza nacional com efeitos positivos nos lucros corporativos, mas alarga o déficit no capital natural do planeta.

Desde os anos 1990, acadêmicos, agências multilaterais e organizações não governamentais esforçam-se para criar novos métodos de cálculo da riqueza nacional que levem em conta o capital natural e humano, além do físico (único aspecto medido hoje pelo PIB). Um dos principais métodos alternativos de mensuração da riqueza – o indicador de poupança genuína líquida – foi concebido no departamento de meio ambiente do Banco Mundial, que publicou um manual sobre o assunto em setembro de 2003 [4]. Nesse indicador, a extração de petróleo é tratada como fator de descapitalização da poupança nacional. Para esse método do Banco Mundial e outros cálculos com perspectiva mais abrangente do conceito de desenvolvimento, riqueza é mais do que aquilo que gera cifrões a mais nas contas.

[2] Publicado pela revista britânica *New Scientist*, em sua edição de 16 de outubro de 2008. Acesse o especial no link bit.ly/j1Vm (versão integral restrita a assinantes) [3] Lançado em janeiro de 2006 pela New Economics Foundation (NEF), de Londres. Acesse a íntegra do estudo em bit.ly/NNkTsu [4] Para mais detalhes sobre o indicador, consulte os links bit.ly/hhUetR (informação geral sobre o assunto) e bit.ly/mS708C (manual do Banco Mundial para calcular o índice).



OUT OF OFFICE

"Quem é você e o que faz da vida?" De frente com a questão, nosso impulso é falar sobre nosso emprego, o que estamos estudando ou os dois. Trabalho é quase reflexo da vida, afinal, há quem passe mais horas dentro da empresa do que em casa. Com isso, a conversa recorrente no elevador não poderia ser outra a não ser um monotemático "Como está a vida? Muito trabalho!" Será que precisamos trabalhar tanto para ganhar tanto e consumir tanto? E se você passasse menos horas dentro da sala do escritório e mais tempo com a família e amigos ou em locais de lazer, como o cinema?

Provavelmente não aceitaria, pois sabe que isso abriria oportunidade para outro funcionário dedicar mais horas ao trabalho e conquistar a sua vaga. Diante da cultura competitiva dominante, a redução nas jornadas de trabalho depende do apoio de governos e empresas. (mais em reportagem à pág. 40)

Segundo o documento da New Economics Foundation (NEF) intitulado *21 horas: Por que uma semana de trabalho menor pode ajudar todos nós a prosperar no*



Há quem proponha uma carga horária limitada, com o intuito de quebrar o ciclo de "viver para trabalhar, trabalhar para ganhar e ganhar para consumir"

século 21 [5], uma carga horária de 21 horas semanais “ajudaria a quebrar o ciclo de viver para trabalhar, trabalhar para ganhar e ganhar para consumir”. As pessoas poderiam se tornar menos apegadas ao consumo intensivo em carbono e mais disponíveis para relacionamentos, *hobbies* e locais que absorvem menos dinheiro e mais tempo. Isso ajudaria a sociedade a sobreviver sem um crescimento econômico mandatório e com menos emissões de gases de efeito estufa.

Segundo Alan Boccato Franco, mestrando do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, é preciso incluir na agenda política uma “política do tempo”, escreveu em artigo no blog decrecimentobrasil.blogspot.com.br. Ele defende o fim da ideia de “trabalho como condenação”, porque a diminuição da carga horária aumentaria a oferta de emprego.

Na França, o economista e filósofo Serge Latouche propôs um programa eleitoral que transforme os ganhos de produtividade em redução do tempo de trabalho e na criação de empregos para que houvesse mais tempo para o lazer. Segundo Latouche, em dois séculos a produtividade dos franceses por hora de serviço cresceu 30 vezes, mas a jornada individual do trabalho foi dividida por dois. O número de vagas só aumentou 1,75.

[5] Acesse em bit.ly/a67CvH

O texto de Franco cita dados do economista Marcio Pochmann sobre o Brasil no ano de 2002: 8 milhões de pessoas estavam desempregadas, enquanto 31 milhões trabalhavam mais de 44 horas semanais – limite imposto pela Constituição de 1988, que, porém, não impede o trabalho em horas extras. O tempo adicional à jornada regular representava o “desperdício” de 7 milhões de postos de trabalho. Além disso, outros 3,2 milhões de brasileiros contavam com mais de um emprego e 6 milhões de aposentados e pensionistas prosseguiram na ativa.

Ladislau Dowbor concorda com a tese de que a força de trabalho precisa ser mais bem distribuída e afirma, em entrevista a PÁGINA22: “Uma minoria trabalha com equipamentos modernos. É um esforço muito grande para produzir bens de consumo supérfluos, enquanto há empregos insuficientes nas áreas de educação, saneamento básico e saúde. São áreas que absorvem muito mais gente”.

Para ele, o que dificulta investimentos nessas áreas é o fato de que a produção de um objeto envolve um ciclo econômico simples: “É preciso ter dinheiro em caixa para comprar matéria-prima e mão de obra, e depois vender para lucrar. Já para construir um hospital, o processo é mais complexo, o governo arrecada dinheiro com impostos, faz a licitação da obra e procura médicos e enfermeiras bem formados para trabalhar lá dentro. É um investimento que envolve uma política mais inteligente”, afirma.

Decrescer para prosperar

O decrescimento prega o “menos” para quem pode abrir mão dos excessos. Quem primeiro deve ganhar com isso são as populações mais pobres

Enquanto o sistema econômico segue a lógica do “mais”, há quem já leve uma vida de “menos”. São os adeptos do chamado decrescimento, espalhados por diversos países, mas principalmente na Europa. O conceito toma por base que não existe crescimento econômico infinito e o atual sistema não é compatível com o ecossistema global e o bem-estar dos seres humanos.

As pessoas devem levar uma vida de “simplicidade voluntária”, em que consumam menos para diminuir seu impacto na natureza, valorizem a cultura e o lazer, os serviços públicos como o transporte, escolham alimentos orgânicos e locais e vivam em comunidades, entre outros aspectos.

Um dos defensores do decrescimento é o economista e filósofo francês Serge Latouche, que disse ser preciso “descolonizar o imaginário” e “redescobrir que a verdadeira riqueza consiste no pleno desenvolvimento das relações sociais”. Desde a Rio+20, formou-se a Rede Brasileira pelo Decrescimento Sustentável, um grupo de aproximadamente 160 pessoas que trocam informações, leituras e experiências sobre o conceito no País. João Luiz Homem de Carvalho é um deles. O professor da Universidade de Brasília (UnB) explica que o decrescimento é uma alternativa civilizatória, uma “utopia concreta para acabar com a ideia de que fora do nosso sistema econômico não há saída”.

O verbo “decrescer” pode soar como um equívoco quando ainda há países com altos índices de pobreza e fome. Carvalho explica que a proposta não é simplesmente inverter o crescimento, pois isso causaria crises e recessões. “O objetivo é que todas as pessoas no mundo vivam bem. Para isso, é preciso equidade social e cuidados com a natureza”, diz em entrevista a PÁGINA22. O decrescimento prega o menos para quem pode abrir mão dos excessos. Quem primeiro deve ganhar com isso são as populações mais pobres.

Ainda assim, para quem defende o decrescimento, não está claro como chegar às esferas governamentais e empresariais. Carvalho afirma que ministra palestras e aulas sobre o assunto. Também tenta espalhar a mensagem em conversas com políticos travadas junto com o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), de quem é assessor.

A mestre em Antropologia Social Ana Flávia Badue viveu na França por alguns meses e admite que lá, um país onde os serviços públicos funcionam bem, é mais fácil viver com simplicidade voluntária. A ideia do decrescimento está em muitos lugares, como as ecovilas, ainda que não se explicita a palavra em si, observa a pesquisadora. “O nome decrescimento é visto muitas vezes como uma etiqueta para explicar um estilo de vida que já é real”, diz.

TEMPO DE SOBRA

Se em um novo mundo trabalharmos apenas 21 horas por semana, o que nos restaria fazer com o tempo que sobrasse para nós mesmos? Esse será o tempo dedicado às tarefas de casa, aos estudos, ao lazer e às pessoas queridas. Lazer pode até englobar o uso da internet, mas se necessita cuidado para não cair na armadilha da conectividade em tempo integral. (*mais na reportagem à pág. 43*)

Na opinião de Franco, a noção de tempo está muito ligada à liberdade de consumo e ao livre mercado. “Uma característica das sociedades capitalistas é a transformação de praticamente todas as dimensões e necessidades humanas em mercadorias: cultura, esporte, brincadeira, jogo, passeios etc.”. Ele ressalta que, se as horas livres não estiverem vinculadas ao consumo, seja de objetos, seja de ingressos, ficaria mais fácil de

as pessoas entenderem por que não precisam trabalhar tanto e ter que ganhar tanto dinheiro. Com mais tempo livre, acredita Boccato, as pessoas poderão se dedicar à criação cultural e às invenções. É uma das características do que Ladislau Dowbor chama de “sociedade do conhecimento” – justamente para onde devemos evoluir no próximo mundo.

“A tendência natural é de os conhecimentos se tornarem bens públicos, como no Creative Commons, pela facilidade de disseminação proporcionada pelas tecnologias modernas e a compreensão que gradualmente penetra na sociedade de que o conhecimento se multiplica quando é compartilhado. O conhecimento é um bem cujo consumo não reduz o estoque, ao contrário.” [6] Esse é um bem que podemos desejar cada vez mais, sem que esse aumento cause problemas. [2]

[6] Acesse o texto *Crise e oportunidades em tempos de mudança*, de Ladislau Dowbor, Ignacy Sachs e Carlos Lopes, em bit.ly/Vrb6Lo

Brincando de Deus

Na busca de resfriar a Terra, a geoengenharia é um conceito pra lá de tentador, que parece atrair tanto aventureiros como os empresários mais prudentes **POR REGINA SCHARF***

O empresário americano Russ George persuadiu a comunidade indígena de Haida Gwaii, um arquipélago canadense, a investir US\$ 1 milhão num projeto radical de sequestro de carbono. Em julho, a bordo de um pesqueiro, ele despejou 100 toneladas de sulfato de ferro nas águas do Pacífico para estimular a proliferação de plâncton.

George havia tentado realizar experimentos semelhantes em Galápagos e nas Ilhas Canárias, mas os governos do Equador e da Espanha proibiram que ele utilizasse seus portos. George teve mais sorte em Haida Gwaii, convencendo os nativos de que a fertilização oceânica aumentaria a produção de salmão e que eles poderiam vender créditos de carbono gerados.

Imagens de satélite indicam que a flora marinha efetivamente explodiu em uma área de 10 mil quilômetros quadrados, mudando completamente aquele ecossistema. Mas ninguém sabe ao certo quais serão as consequências dessa intervenção radical. A iniciativa, claro, horrorizou grupos ambientalistas pela sua magnitude e absoluta falta de controle, violando mais de uma convenção internacional.

Em outubro, inspirados pelo episódio, os 193 países signatários da Convenção da Biodiversidade indicaram a necessidade de se aproximar do tema com precaução, dada a “falta de mecanismos regulatórios e de controle baseados na ciência, globais,

transparentes e eficazes”, particularmente nos projetos de geoengenharia transfronteiriços. Mas a Conferência das Partes não aprovou uma moratória, como proposto por várias não governamentais.

A aventura em Haida Gwaii é apenas a ponta do florescente mercado da geoengenharia – ações em larga escala que visam resfriar a Terra. Muitos cientistas convertidos em empresários acreditam que o gás carbônico pode ser minerado na atmosfera, passando de poluente a commodity.

“O resíduo mais abundante da humanidade é o CO₂. Geramos 30 gigatoneladas anuais”, diz Nathaniel David, um ph.D em Biologia Molecular que preside uma das líderes desse setor, a Kilimanjaro Energy. “Ele é incrivelmente valioso e hoje nós simplesmente deixamos que ele saia pelas chaminés. E se pudéssemos, de alguma forma, capturá-lo e ganhar dinheiro com isso?”

Fundada em 2004, a Kilimanjaro levantou uma dezena de milhões de dólares e é a pioneira desse mercado [1]. Outras duas empresas se destacam pela sua capacidade de levantar recursos para o desenvolvimento de novos materiais e processos de captura a um baixo custo.

A primeira é a Global Thermostat, originada em Columbia, que recebeu um investimento de US\$ 15 milhões de Edgar Bronfman Jr., o filantropo herdeiro da indústria de bebidas Seagram's. A empresa

implantou uma unidade piloto na Califórnia que utiliza blocos cerâmicos porosos recheados de aminas que aprisionam o gás carbônico. Em uma segunda etapa, os blocos descem para uma câmara subterrânea onde liberam o gás.

A segunda é a canadense Carbon Engineering, criada por um ex-executivo da Microsoft, que tem Bill Gates entre seus investidores.

O entusiasmo dos investidores esbarra no ceticismo de muitos observadores. “Não há dúvida de que o CO₂ pode ser removido do ar por meio de processos químicos. É isso que permite que pessoas respirem em submarinos e naves espaciais”, avalia Marc Gunther, um jornalista que acaba de publicar um livro sobre o potencial desse mercado. “Mas há um entendimento, entre os cientistas, de que isso é caro e, por isso, não é viável capturar o ar numa escala global.”

A geoengenharia é um conceito para lá de tentador, diante da resistência à adoção de medidas que limitem as emissões de gases estufa. A técnica parece atrair tanto aventureiros, como o fertilizador Russ George, quanto empresários mais prudentes e embasados.

Mas ainda não está claro se estamos diante de uma possibilidade de redenção tecnológica ou de uma estupidez com poder devastador.

*** JORNALISTA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE**

[1] Mais informações em goo.gl/AK9ht



Dieta na casa

Desapegar do que temos é um desafio e tanto. Mas pode nos dar mais liberdade e abrir espaço e tempo para o que de fato importa **POR ALEXANDRA RESCHKE***



Todos começamos o ano cheios de expectativas para dias melhores. Sim, dias melhores virão, mas isso depende um bocado de como os cultivamos hoje. No fim do ano, tive uma experiência especial, a qual acredito me ajudará na minha colheita em 2013. Passei dez dias enfiada em casa fazendo *aquela* faxina. Não qualquer limpeza tradicional, que incluía a doação de roupas ou apenas jogar a papelada fora. Também fiz isso, mas o mais importante, para mim, foi realmente entrar em cada cômodo da casa e separar tudo aquilo que estava demais ou que não tem mais o mesmo significado que teve para mim até hoje, ou melhor, até ontem.

Tirar peças de decoração da casa em que vivemos nos faz honrar nossa história, reconhecer que mudamos, e perceber o que somos nesta fase da vida. Comprados, ou recebidos de presente, em um tempo distante, os objetos podem conversar conosco durante anos. Até que deixam de dialogar com a pessoa na qual nos transformamos. O problema é que acabamos criando apegos desnecessários com eles.

A sorte é que podemos olhá-los, como se não mais nos pertencessem, como se estivessem pedindo para voar de nossas mãos para outras nas quais tenham melhor uso. Podemos aproveitar para entender melhor o apego que criamos, o que está por trás dele, e nos conhecer melhor. Bem, com maior ou menor facilidade, separei todo tipo de objeto em caixas já endereçadas para amigos ou alguém da família, para instituições, para bibliotecas e para a coleta seletiva.

Viver com menos é desafiador e se desapegar do que temos, mais ainda.

Esvaziar o copo ou fazer a “dieta da casa”, em que tudo fica enxuto, *clean*, cheio de espaço, porém, não é o suficiente, se o recipiente voltar a se encher ao longo do ano, fazendo com que o ciclo seja rigorosamente igual. É possível quebrar essa rotina anual, se quisermos realmente viver com mais qualidade, o que para mim significa ser, cada vez mais, mais simples.

Como alguns já sabem, um dos mais importantes dos 7 “Rs” do consumo responsável é justamente o “reduzir” (os demais são respeitar, responsabilizar, repensar, recusar, reutilizar e reciclar). Pedir para fazer menos e ter menos em nossa sociedade adoecida pela ânsia de ter mais incomoda, pois o reduzir é visto como ganhar menos, ter menos, ser menos valorizado. Reduzir, porém, pode ser mais! Uma ideia interessante é mirar-se no exemplo dos movimentos “Slow” que começaram nos anos 80 na Europa. Inicialmente forjados como uma proposta em oposição ao *fast-food* – daí o *Slow Food* – hoje eles se desdobram em iniciativas como Slow Movies, Slow Cities... Tudo pensado para que as pessoas parem, admirem o alimento que comem, o filme a que assistem, a cidade que visitam, e, principalmente, percebam as pessoas à volta. Um movimento que prega a contemplação, a ausência de ansiedade, a atividade prazerosa e em contato consigo e com o outro.

Proponho, então, usarmos a filosofia do Slow para o olhar as vitrines, ou os sites e propagandas que nos invadem. Seria algo como “lentamente olhar as vitrines”. Já faz algum tempo que venho me exercitando nessa arte, no princípio nada fácil para quem ama as cores, o belo e as

novidades artesanais, literárias, musicais e tecnológicas. Pense em etapas: você foi fígado por um objeto. Viu em uma página de revista, na TV ou em algum outro lugar alguma coisa que o atrai. Especialmente se estiver diante do objeto sedutor, olhe bem, contemple. Percorra todos os traços daquela beleza – seja uma peça de roupa bem cortada, um artesanato multicolorido, uma obra de arte, seja o último telefone inteligente com recursos incríveis. Perceba o trabalho que está por trás daquela peça. Quantos se envolveram para que ele estivesse ali na sua frente. Nutra-se com esse olhar. Contemple e alegre-se com o conhecimento humano e as habilidades ali presentes. Aos poucos, dá para sentir que o vício compulsivo do “ter que ter” vai-se dissolvendo. Perceba que o seu ser faz parte dessa Humanidade que constrói as coisas belas. A beleza daquele objeto já faz parte de você. E, depois, volte para casa saciado.

Esse movimento de contemplação em várias etapas pode quebrar o ciclo da casa que todo ano se enche de objetos, e nos fazer mais presentes em nossas escolhas. Façamos isso! Viver com menos pode ser o caminho para nos trazer mais liberdade e uma vida com mais qualidade. Posso dizer que me sinto bem mais leve, e isso me traz uma sensação de tranquilidade para seguir nessa aventura, que é constituir hábitos coerentes com as mudanças que buscamos para a sociedade e o meio ambiente. Desejo a todos um ano com menos acumulação de coisas, com mais tempo e mais espaço para conversas sustentáveis.

*** ARQUITETA URBANISTA, É SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE (IDS)**

Luz no invisível

FOTOS LETICIA FREIRE TEXTO AMÁLIA SAFATLE

Eles vivem em total exposição à nudez das ruas. Ao mesmo tempo, estão camuflados pelo grafismo, pelas texturas e cores da cidade caótica. Invisíveis socialmente, vivem à margem de todo o sistema, em uma realidade própria, por conta e risco. Nem por isso escapam ao olhar de quem passa por eles cotidianamente, a caminho do trabalho. Esses brasileiros que fazem do passeio público a sua casa, abrindo mão do lenço e do documento, desviaram-se das regras e dos rituais de um sistema que nos engole quando parece abraçar. Quem vive mais dignamente, aqueles que obedecem sem questionamento a um sistema injusto, ou quem, a seu modo, nega tudo o que está aí?









Em busca da medida exata

O modelo consumista ocidental é cada vez mais questionado. O desafio está em encontrar formas de manter a economia saudável, ao mesmo tempo que se propõe o combate aos excessos

POR MAGALI CABRAL FOTOS AMANDA ABAD

Cleóbulo de Lindos, um dos grandes sábios da Grécia Antiga, ao tentar resumir toda a sua sabedoria em uma frase, disse: “Ótima é a medida”. E o sociólogo italiano Domenico de Masi a definiu primorosamente em seu livro *A Felicidade*: o justo meio-termo entre os inconvenientes do demais e os inconvenientes do pouco, entre a dolorosa falta do necessário e a desagradável opulência do supérfluo. Se o termo “menos” na filosofia de Cleóbulo significava, assim como seu inverso “mais”, um caminho para alcançar a justa medida, o advérbio soa como uma ameaça atroz à paz mundial no contexto do modelo atual de crescimento econômico orientado ao consumo.

Afinal, menos consumo a curto prazo é igual à redução do Produto Interno Bruto (PIB), que, por sua vez, é igual à perda de empregos e, conseqüentemente, queda na qualidade de vida.

Mas esse PIB não mede a vida que vale a pena, já dizia Bob Kennedy em memorável discurso proferido em março de 1968 na Universidade de Kansas (veja trecho na versão digital desta reportagem). A histórica crítica do então candidato democrata à Presidência dos Estados Unidos ocorreu antes mesmo da fundação do paradigmático **Clube de Roma**, grupo que passou a reunir industriais, cientistas, diplomatas e lideranças da sociedade civil para discutir suas preocupações com o

consumo ilimitado de recursos.

Hoje, já se sabe que tanto os recursos naturais quanto o fôlego do planeta para absorver a poluição são finitos. Entretanto, a possibilidade de transferência desse modelo político e econômico de crescimento vigente no mundo ocidental para os países orientais torna o cenário um bocado mais preocupante.

Chandran Nair, economista asiático fundador do Global Institute for Tomorrow (Gift), com sede em Hong Kong, sugere uma reflexão: imaginar um mundo em que a Ásia, que em 2050 deverá ter em torno de 6 bilhões de habitantes, alcance o mesmo padrão de desenvolvimento do Japão ou dos Estados Unidos – o que é muito justo –, porém, adotando as mesmas políticas econômicas ocidentais de ênfase no consumo. “Os nossos melhores cérebros estudam economia nos Estados Unidos e na Inglaterra, os berços do consumismo”, ressalta Chandran Nair, sugerindo que a formação intelectual desses futuros profissionais poderá incorporar o modelo consumista.

Mas, diante de alguns números, não é difícil prever o que pode acontecer se a Ásia seguir o roteiro ocidental. Por exemplo, a Índia registra hoje menos de 50 auto-

▲ Criado em abril de 1968 na capital italiana, o Clube de Roma encomendou um estudo a um grupo de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), que foi publicado em 1972 com o título *The Limits to Growth* – lançado no Brasil no ano seguinte pela editora Perspectiva com o título *Limites do Crescimento*

móveis por mil habitantes e a China, 150 por mil. No Ocidente, os países mais ricos estão chegando aos 800 veículos para cada grupo de mil pessoas. O resultado será provavelmente o tal “engarramento global” já antevisto por ninguém menos que Bill Ford, bisneto de Henry, o criador da linha de montagem para a produção em massa de automóveis. “Não é possível conceber um mundo com dois carros na garagem de cada família”, tem declarado o empresário, ultimamente.

Como se vê, o debate deste lado de cá do mundo sobre o consumismo desenfreado começa a atrair personagens do próprio *establishment*. E, no setor automotivo, Bill Ford não está sozinho. A PSA Peugeot Citroën fundou em 2000 na França o IVM – Institut pour la Ville en Mouvement (Instituto Cidade em Movimento), que desenvolve estudos para melhorar a mobilidade urbana e tornar as ruas mais amigáveis às pessoas, mesmo que, para isso, seja necessário propor a redução do número de carros em circulação (*mais em ville-en-mouvement.com*).

Outro exemplo importante de empresa que incorporou ao negócio o movimento de reação contra o desperdício e o consumismo inconsequente é o da marca americana de roupas Patagônia (*busque “Empresa pede que consumidor não gaste”, no site de PÁGINA22*).

A primeira mensagem que o cliente recebe ao entrar em uma loja ou no website da empresa é se está de fato precisando adquirir roupas, ou se não se trata de uma compra por impulso. Seus produtos são muito duráveis e as lojas oferecem serviços de reparo e manutenção para que durem ainda mais. A empresa também compra e vende roupas usadas da marca, entre outros serviços.

Esses bons exemplos, para o professor da Faculdade de Economia e Administração da USP Ricardo Abramovay, já são indícios de que ganha corpo a hipótese de que algo está muito errado na forma como nós, ocidentais, nos relacionamos com os bens materiais. Economistas de correntes diversas já escrevem sobre isso. Mas a forma como o problema vem sendo exposto, segundo ele, induz ao ceticismo e à ideia de que, embora necessária, a mudança no padrão de consumo é um objetivo praticamente inatingível. Alega-se que o **aumento da renda**, combinado com a natureza insaciável do ser humano e com a garantia das liberdades, fará as pessoas consumirem cada vez mais.

“Cada vez menos eu me convenço de que isso é verdade”, rebate Abramovay. Para ele, faltam análises sobre como se compõe socialmente o consumo e, também, sobre a real capacidade de os bens consumidos propiciarem bem-estar. Muito mais do que dizer às pessoas o que elas devem ou não consumir, o professor crê que é preciso se voltar para as estruturas que mobilizam as aspirações de consumo das pessoas, como a propaganda.

Ele frisa que a publicidade tem um papel prepon-

Menos automóveis e viadutos e mais políticas sociais seria uma forma de orientar o consumo nos países em desenvolvimento

derante em tudo isso. Embora os gastos com publicidade não sejam tão astronômicos, a sua influência nos comportamentos sociais é altíssima. “A verdade é que a publicidade é inteiramente irresponsável; seu compromisso é apenas com o aumento das vendas. A propaganda estimula o consumo generalizado de bens que notoriamente propiciam mal-estar para a sociedade”, protesta.

Dois exemplos emblemáticos são as propagandas de automóveis e de *fast-food*. Em seu último livro, *Muito Além da Economia Verde*, Abramovay lembra que automóvel e alimento são produtos cujo consumo precisa ser analisado sob dois pontos de vista, o do “mais” e o do “menos”, para atingir a justa medida.

“No caso dos automóveis, precisamos de mais mobilidade e de menos automóvel em circulação; no dos alimentos, a situação é escandalosa até nos Estados Unidos, onde 17% das crianças de 2 a 4 anos são obesas e 16% estão subalimentadas.”

Ainda sobre propaganda, existe uma proposta, liderada pelo Instituto Akatu, organização não governamental que atua na área do consumo consciente, para que haja um acordo global pelo qual 5% daquilo que hoje se gasta com publicidade seja voltado para o “consumo sustentável”. Não como propaganda de governo, que é pouco crível. A proposta é reunir o talento dos melhores publicitários e usá-lo institucionalmente em prol do consumo consciente.

MAIS PRODUÇÃO IMATERIAL

Sempre que se pensa em consumo vem à mente feijão, carros, computador, sapatos e outros bens materiais. Mas Ladislau Dowbor, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) nas áreas de economia e administração e consultor de várias agências das Nações Unidas, afirma que o grande consumo já está se deslocando para outros setores.

Segundo ele, nos Estados Unidos, por exemplo, a produção industrial emprega hoje menos de 10% da mão de obra. E o maior setor econômico do país atualmente é a saúde, com 17% do PIB e crescendo

rapidamente. “Se olharmos um pouco mais para a frente, não será a produção de bens físicos que estará no centro dos processos produtivos, e sim o investimento nas pessoas: saúde, educação, lazer, esporte, cultura, informação, segurança”, diz.

Um pouco menos de automóveis e de viadutos e um pouco mais de políticas sociais seria uma forma inteligente de reorientar o consumo em países em desenvolvimento. Ainda que atrasado, o Brasil precisa retilhar o caminho do desenvolvimento com foco agora nas questões sociais. “Enquanto o Japão começou seu projeto de modernização em 1868 e em 1900 já não tinha analfabetos, nós ficamos refletindo sobre o aumento do bolo e deixamos o social para o futuro”, reflete Dowbor.

A seu ver, essa é a grande questão de fundo quando se trata de consumo. O Brasil passa por um importante processo de desconcentração de renda que não é acompanhado pela superação de outras formas de desigualdade, como nas áreas da educação e saúde e no uso do espaço urbano. “Precisamos aumentar o consumo, sim, mas de outra forma, e para outras pessoas”, enfatiza o professor da PUC-SP.

Um passo nessa direção foi a sanção pela Presidência da República ao projeto que cria o Vale Cultura – ainda a ser regulamentado – no valor de R\$ 50 mensais para trabalhadores com rendimentos de até cinco salários mínimos. Com esse adicional, os trabalhadores de mais baixa renda poderão consumir produtos culturais, como livros, DVDs, CDs e ingressos para museus e espetáculos artísticos.

Do ponto de vista da economia da cultura, na opinião da economista Ana Carla Fonseca Reis, especialista em economia criativa e diretora da empresa Garimpo de Soluções, Economia, Cultura e Desenvolvimento, o Vale Cultura é uma boa notícia, independentemente de pressupostos – como o percentual de empresas que venham a aderir ao programa –, pois será dinheiro extra injetado no campo cultural, pelo menos nos grandes centros urbanos.

Entretanto, o sucesso da medida dependerá de quais sejam os produtos e serviços culturais passíveis de compra. Incluiriam revistas sobre celebridades e DVDs sobre *reality shows*? “Tive uma discussão exatamente sobre esse risco no Ministério da Cultura há uns quatro anos e a resposta que obtive à época foi a de que não pretendiam restringir o uso por receio de incorrer em dirigismo.” Nesse caso, segundo Ana Carla, a depender da forma de regulamentação do Vale Cultura, este será mais ou menos eficaz no que diz respeito à adesão das empresas e ao cumprimento de uma política verdadeiramente cultural.

Modelos de compartilhamento de bens e recursos começam a desmaterializar ou, mais precisamente, a otimizar o uso de bens na economia, freando um pouco o nível de consumo em países desenvolvidos.

O uso partilhado de carros, por exemplo, já deixa de ser um modelo alternativo de negócios, como quando foi lançado pela zipcar.com, para integrar estratégias empresariais dominantes: a Hertz Rent a Car lançou a Hertz On Demand Car Sharing, adotando o mesmo modelo da americana zipcar.com, que já foi espalhado por vários países. O compartilhamento de carros é uma espécie de aluguel diário ou por hora, feito on-line, e que exige um código de ética, isto é, depois de usar o carro os clientes o devolvem limpo e abastecido, sem que haja qualquer controle explícito por parte da empresa, para



que outro cliente possa usá-lo. É um típico exemplo casado de economia verde com economia da informação em rede. Uma pesquisa acadêmica realizada pela Universidade na Califórnia, em Berkeley, revelou que a utilização compartilhada de automóveis combinada com o uso crescente do transporte público retira das estradas de 4 a 13 carros para cada veículo compartilhado. Mais detalhes sobre a zipcar.com e a Hertz on Demand podem ser encontrados no estudo *Green Game-Changers* do WWF, em bit.ly/XGKvKM, além de outros casos de compartilhamento, como a prestação de serviço de iluminação para escritórios The Pay Per Lux, da Philips.

Embora sejam pontuais e apareçam com mais frequência apenas em países desenvolvidos, essas ações indicam uma tendência que talvez ganhe escala e alcance os países em desenvolvimento e, com sorte, a Ásia. Segundo Chandran Nair, a hiperpopulosa Ásia

é que terá a grande responsabilidade de surpreender e fazer a diferença.

Em linha com alguns dos temas abordados, ele afirma que, diante da limitação de recursos naturais, os caminhos só poderão ser dois: o compartilhamento desses recursos e a revisão de seus respectivos preços. E, diante da necessidade futura de empregos em massa, Nair sugere que se comece por redefinir “produtividade”, dando-lhe um sentido bem ao avesso do que prega a economia clássica desde a Revolução Industrial. Produtividade deve passar a significar “o aproveitamento na produção do maior número de pessoas utilizando o mínimo possível de recursos naturais”. Nair pode não ter reparado, mas temperou essa sua definição com uma pitada de Cleóbulo de Lindos. [zzz](#)

📖 **LACASSE TRECHO DO DISCURSO DE BOB KENNEDY NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22.**

TRABALHO

Viramos workaholics?

A cultura de acumulação da sociedade de consumo é apontada como a maior razão para trabalharmos tanto **POR GISELE NEULS FOTOS AMANDA ABAD**

Quase 130 anos depois da histórica greve de operários nos Estados Unidos pela jornada de 8 horas que deu origem à celebração de 1º de maio como Dia do Trabalhador, continuamos trabalhando muito. Mas, diferentemente daquela época, está mais difícil apontar o algoz que nos obriga a jornadas tão extensas. Nas últimas décadas, as tecnologias de comunicação e informação e o consumismo desenfreado provocaram sérias transformações no mundo do trabalho, colocando em xeque benefícios conquistados a duras penas entre o final do século XIX e ao longo do século XX.

“Nitidamente, a sociedade brasileira trabalha muito”, diz o pesquisador Sadi Dal Rosso, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. É possível indicar algumas razões para isso, como a cultura de trabalho dos imigrantes e os mais de 300 anos de escravidão. Entretanto, o que conta mesmo é a cultura de acumulação do capitalismo. É por isso que Dal Rosso não acredita que a economia verde seja a chave para trabalhar menos. “O capitalismo verde não incidiria diretamente na duração da jornada, principalmente se consideramos que muitas dessas atividades envolveriam pequenos empreendedores, cujas jornadas são ainda mais longas.”

E como são longas essas jornadas. Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que os brasileiros trabalham em média 39,4 horas semanais. A média, para toda a População Economicamente Ativa (PEA), nos deixa próximos aos países desenvolvidos, que possuem jornadas entre 35 e 40 horas. Também serve de argumento a favor da redução da **jornada de trabalho legal** das atuais 44 para 40 horas semanais, uma das principais bandeiras do movimento sindical do País.

Trabalhar menos ainda poderia ajudar a reduzir o desemprego, de acordo com as projeções do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A redução da jornada legal em quatro horas poderia gerar mais de 2 milhões de novos postos de trabalho – desde que acompanhada de regras mais rígidas acerca das horas extras e dos famigerados bancos de horas.

Isso porque, olhando mais de perto, setor a setor, não estamos tão bem quanto a média encontrada na Pnad parece sugerir. **Parcela significativa** dos trabalhadores dos ramos de

📊 **Jornada legal é o número máximo de horas permitido por lei. Jornada efetiva soma as horas extras e outras formas de contabilizar o tempo de trabalho**

📊 **As médias são: hotelaria e alimentação, 44,5%; agricultura, 41,7%; comércio, 33,6%**



hotelaria e alimentação, agricultura e comércio trabalha acima de 44 horas. O problema é tão sério que o Dieese atribuiu ao excesso de horas extras a combinação indigesta ocorrida em 2004 no Brasil – o crescimento econômico experimentado naquele ano foi alcançado sem gerar novos postos de trabalho.

■ A Lei nº 12.551/2011 alterou o artigo 6º da CLT, que determina que não há distinção entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado à distância

Olhando os números friamente, Dal Rosso observa uma tendência internacional de redução das jornadas formais, com algumas exceções importantes. Os Estados Unidos, considerados referência de produtividade, aumentaram de 40 para 41 horas o tempo médio de trabalho semanal na última década. O Brasil parece seguir em geral a tendência de redução, com alguns setores sob pressão. É o caso dos bancários, que conquistaram sua jornada de 36 horas semanais na década de 1930. “Aos poucos, os bancos vão minando essa conquista, criando gerente para tudo”, assinala, explicando a estratégia de multiplicar os cargos intermediários de chefia como forma de relaxar a obrigação de obedecer à jornada legal (que estipula número máximo de horas trabalhadas), artifício adotado por empresas de outros setores.

E estamos falando apenas dos assalariados formais, os 54% da PEA que batem o ponto diariamente nos setores público e privado. A massa de trabalhadores informais, autônomos, *freelancers*, sócios de cooperativas de trabalho ou produção e pequenos empreendedores trabalham praticamente o tempo inteiro. Mesmo quem teoricamente teria liberdade para fazer seu horário, como taxistas, escolhe trabalhar mais de 10 horas diárias.

Parece razoável pensar que não há muita escolha quando se trata de trabalhos com baixa remuneração ou ganhos irregulares como taxistas e outros prestadores de serviços. Mas o fenômeno repete-se inclusive no universo dos profissionais liberais e dos executivos. Formalmente, a jornada de um médico, por exemplo, não pode exceder 6 horas diárias e os plantões de 24 horas devem ser seguidos de 48 horas de folga. Na prática, muitos médicos trabalham em dois ou mais locais, somando jornadas de ao menos 12 horas diárias, e emendam plantões em hospitais diferentes.

“A equação que nos venderam é de que, para a vida ter sentido, é preciso consumir. E nossa renda, não importa qual seja, nunca é suficiente para isso”, sublinha Marcio Pochmann, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas e atualmente à frente da Fundação Perseu Abramo, ligada ao Partido dos Trabalhadores. Amigo íntimo da cultura de acumulação do capital, o consumismo é um dos fatores que nos levam a trabalhar tanto. Pochmann diz que poderíamos cumprir jornadas de 20 horas semanais, manter a economia funcionando perfeitamente e ainda gerar emprego para todos. Entretanto, nem mesmo os trabalhadores organizados lutam por isso. “O sentido da vida hoje reside no trabalho e no consumo.”

Em um mundo onde se vive cada vez mais, também se trabalha cada vez mais, pois é pelo trabalho que as pessoas são minimamente reconhecidas socialmente (*mais em Entrevista da edição 70*). É o que explica, para Pochmann, que um terço dos aposentados e pensionistas no Brasil continue trabalhando. O valor da aposentadoria não explica sozinho o fenômeno. Muitos dos que seguem trabalhando são professores universitários, juizes, pessoas com maior grau de escolaridade, ligadas ao chamado trabalho imaterial, de caráter mais intelectual do que braçal. “É porque não se encontra mais sentido em ficar em casa. Não é mais como no século XIX, em que se lutava por redução da jornada para o trabalhador ficar em casa com a família.”

PACOTE-ESCRAVO

Há quase cem anos John Maynard Keynes, um dos mais importantes teóricos da economia moderna, previa que o progresso tecnológico tornaria possível que trabalhássemos cada vez menos para satisfazer nossas necessidades. Quando os computadores começaram a fazer em poucos minutos o trabalho que levava horas para ser efetuado em máquinas analógicas, a previsão de Keynes parecia prestes a se realizar. Durou pouco. Hoje está mais do que confirmado que, quanto menos tempo investimos para desenvolver uma tarefa, mais tarefas adicionamos à nossa rotina.

Laptops, tablets e smartphones, máquinas maravilhosas que nos possibilitam acesso à internet a qualquer hora e de qualquer lugar já ganharam um apelido entre profissionais ligados ao trabalho não industrial: *kit slave*, ou pacote-escravo, em uma tradução cada vez mais rara para o português.

Embora tratado em tom de piada, o assunto tornou-se tão relevante que ganhou regulamentação específica no final de 2011, quando foi incluído um **dispositivo** na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este dispositivo reconhece que as tarefas realizadas por intermédio dos meios eletrônicos fora do local de trabalho integram a jornada, e até mesmo as ordens recebidas por meios eletrônicos equivalem àquelas dadas pessoalmente no local de trabalho. Não importa mais o local de trabalho, e sim se o trabalhador executa a tarefa determinada pela empresa.

A própria ideia de rotina começa a se desfazer, como observou Jaqueline Abreu Vianna durante as pesquisas para sua tese de doutorado [1] a respeito dos efeitos das tecnologias de comunicação e informação sobre o trabalhador, defendida no ano passado na Escola de Ciência e Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nos relatos da maioria de seus entrevistados, a pesquisadora encontrou o espaço do trabalho invadindo o doméstico, gerando conflitos com a família e sentimento de culpa nos trabalhadores. “A mesma flexibilidade que permite trabalhar em qualquer horário e lugar é a que possibilita ao trabalhador estar disponível para o trabalho e ser acionado pela empresa nos horários de almoço, fim de semana ou madrugada. Essa

relação que parece compensatória na verdade reforça o desequilíbrio, porque o trabalhador não diz ‘não’”, descreve Jaqueline.

Seja pela necessidade de mais recursos para o consumo, seja pela flexibilização oferecida pela tecnologia, o trabalho abocanha cada vez mais o tempo e a vida privada do trabalhador. E cresce o número dos que têm dificuldade de se desligar quando saem da empresa. Em março do ano passado, o Ipea divulgou uma pesquisa sobre as relações entre trabalho e tempo livre. Dos 3.796 entrevistados de centros urbanos brasileiros, 45,4% afirmaram que não conseguem se desconectar totalmente do trabalho. O principal motivo é a necessidade de estar de prontidão para o caso de serem acionados para alguma atividade extra. A necessidade de planejar ou desenvolver alguma atividade de trabalho usando meios eletrônicos

como internet e celular é a segunda principal razão, apontada por 8% dos entrevistados.

O cenário parece desolador, mas há saída. Marcio Pochmann levanta a necessidade de se promover um amplo debate público sobre as transformações do mundo do trabalho, de modo que as pessoas percebam que as jornadas crescentes geram cada dia mais doenças, e reverter o que ele chama de uso abusivo do tempo. “A natureza do capitalismo é gerar demandas desnecessárias, mas já existem alternativas em curso, como os movimentos ligados à economia criativa, ao cooperativismo e à revisão de hábitos pelos próprios consumidores. Não precisamos viver assim e há sementes dessa nova perspectiva.”

[1] A tese pode ser acessada em bibliotecadigital.ufmg.br

CONNECTIVIDADE

On/off

Em meio à cultura da hiperconexão, alguns grupos no Brasil e no mundo colocam em pauta: como gerir de forma coletiva o desenvolvimento e o uso equilibrado das tecnologias? POR TATIANE KLEIN FOTOS AMANDA ABAD



Laptops, smartphones e tablets, que permitem o trabalho on-line a qualquer hora, ganharam o apelido de kit slave e entraram na mira da CLT

“**C**rash! Crash! Bang! Bang! Esses são os sons da liberdade!”, bradavam os pouco mais de 60 operários que invadiram e destruíram o maquinário da tecelagem de William Cartwright na calada da noite. Tratava-se dos ludditas, homens rebelados contra instrumentos que, mesmo otimizando a produção industrial, não os libertavam de condições de trabalho degradantes. Era o ano de 1812, na cidade de York, noroeste da Inglaterra.

Reprimidos com mão de ferro por leis que passaram a decretar pena de morte para quem destruísse máquinas, os ludditas expuseram uma fratura da história moderna que parece ainda não ter sido curada. Afinal, mais de 200 anos depois, a maquinaria tecnológica que nos cerca liberta ou escraviza?

O Brasil fechou 2012 tendo chegado à marca de 261,8 milhões de linhas de celulares, segundo a Anatel. Os números mostram algo que já é possível observar nas plataformas do metrô, nos trens, nos ônibus e até pelas calçadas das grandes cidades, onde multidões caminham conectadas. Munidos de *smartphones*, *tablets* e *videogames* portáteis, os brasileiros foram o motor para a chegada da rede social Facebook à marca de 1 bilhão de usuários e posicionaram o País no terceiro lugar do pódio das nações com mais usuários nessa rede.

Mas enquanto uns contam ao Facebook o que estão fazendo e comendo, ou jantam em família sem descolar o olho das últimas postagens no Twitter, outros começam a formar um coro de descontentes. Contestando a necessidade de estar permanentemente ligados (à internet, às redes de telefonia móvel, à televisão, ao rádio), afloram movimentos em favor de um estilo de vida com menos informações em tempo real e menos aparelhos de tecnologia digital. Em *Entrevista* à página 16, o especialista em cultura digital Ronaldo Lemos afirma que chegaremos a um momento em que ficar desplugado é que será um luxo.

Em 2012, uma reportagem da revista americana *Newsweek* ([acesse em goo.gl/hz7ts](http://goo.gl/hz7ts)) explorou os impactos da internet sobre a saúde mental, sustentando que eles podem levar de comportamentos depressivos a transtornos psíquicos mais severos. Em universidades de diversos países, pesquisas em Neurociência, Psiquiatria e Cognição estão debruçadas sobre casos que vão da dependência e vício em internet a alterações na percepção da realidade, passando por problemas de interação social. Ainda que haja muitas abordagens e controvérsias sobre o tema, o fato é que se tornou imperioso pensar sobre os efeitos, negativos e positivos, do uso de tecnologias digitais sobre nossa saúde individual e coletiva. (*leia mais no conteúdo digital desta reportagem*)

A página inicial do Sabbath Manifesto ([## Nos centros urbanos, afloram movimentos em favor de um estilo de vida com menos informações em tempo real e menos aparelhos digitais](http://sabbathma-</p>
</div>
<div data-bbox=)

nifesto.org) faz um convite ao navegante: desplugue-se por um dia. Desenvolvido pelo Reboot (em português, *reiniciar*), – grupo de artistas voltado para a criação de formas modernas de conexão com as tradições judaicas –, o manifesto remete à prática de resguardar o sábado.

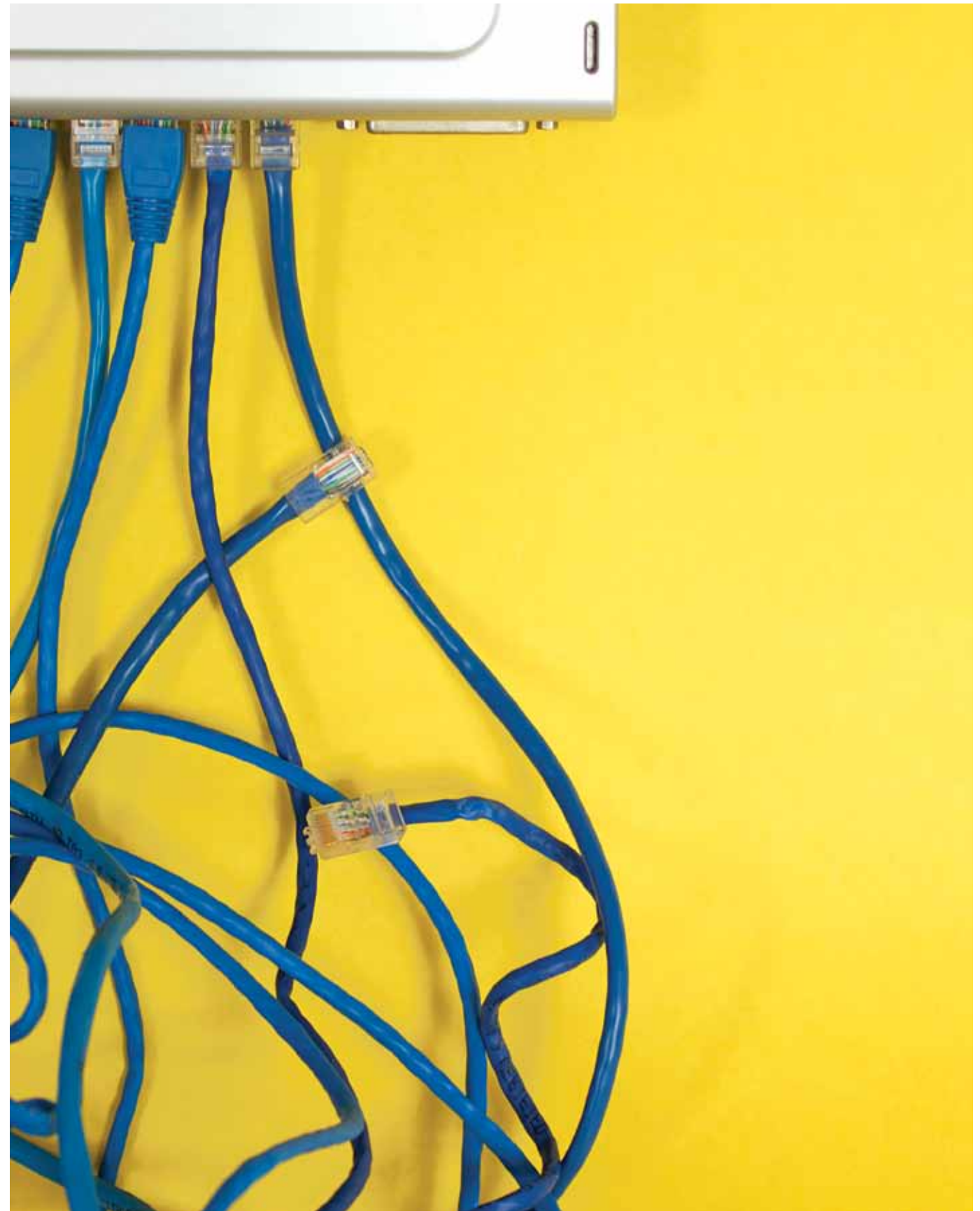
Com base nos princípios do **Movimento Slow** (slowmovement.com), o manifesto sugere que os hiperconectados, judeus ou não, adaptem 10 princípios ao seu estilo de vida em pelo menos um dia da semana. São eles: evitar contato com a tecnologia; manter o contato com entes queridos; cuidar da saúde; sair; evitar áreas de comércio; acender velas; beber vinho; comer pão (talvez feito em casa); encontrar o silêncio; e contribuir com a comunidade. Segundo o site, o participante pode encontrar uma forma própria de realizar os princípios e, caso precise de ajuda ou não tenha ideia do que fazer em seu tempo livre, pode se inscrever na UndoList (undolist.com) – que sugere atividades para quem optou por ficar 24 horas longe da tecnologia.

Além disso, há mais de três anos, o Sabbath Manifesto realiza nos Estados Unidos o National Day of Unplugging, ou Dia Nacional da Desconexão, que, em 2013, acontece entre os crepúsculos dos dias 1 e 2 de março. Em 2012, a proposta de um dia desplugado foi aceita por celebridades como o ator Ashton Kutcher e o comediante Jimmy Fallon. O grupo pede que os participantes compartilhem as experiências de um dia desconectado em seu site e ainda promove a venda de objetos que ajudam a ficar longe de eletrônicos e afins, como um saco de dormir para guardar *smartphones*.

CONECTAR-SE, UM DIREITO

Mas, se os apelos a um estilo de vida menos conectado parecem fazer sentido para a população que vive nos grandes centros – ou nos países mais desenvolvidos –, isso talvez seja apenas a ponta de um problema ainda maior na gestão do acesso a tecnologias digitais. A grande contradição é que, em um país como o Brasil, parcelas da população ainda estão alijadas do acesso à

■ O movimento prega que as pessoas desacelerem suas vidas em todos os aspectos, da alimentação aos negócios. Mais em *Opinião*, à pág. 29



informação e à comunicação – e reivindicam o direito de estarem conectadas, com qualidade, mesmo que não seja o tempo todo.

Entre os grupos que lutam por esse direito estão alguns dos quase 240 povos indígenas que vivem no Brasil, do Noroeste Amazônico, passando pelo Brasil Central, até o litoral nordestino. A demanda, compartilhada por comunidades quilombolas e outras populações tradicionais, é atendida por políticas públicas dos ministérios das Comunicações e da Cultura, além de ONGs e projetos de organizações indígenas. Mas tais iniciativas ainda esbarram em muitos obstáculos, sobretudo na dificuldade de captar recursos e manter apoios institucionais regulares e por longos períodos.

Em terras indígenas e em outras áreas do Brasil rural, conectividade é mais uma necessidade do que um simples desejo. No Nordeste, a rede Índios Online (indiosonline.net) – que depende da intermitente e lenta conexão oferecida pelo Gesac, programa de inclusão digital do governo federal – reúne textos, cartas e pequenos vídeos de comunidades de toda a região, especialmente relatos das lutas desses povos pela retomada de seus territórios.

Em Rondônia, o povo Suruí Paiter monitora invasões madeireiras à Terra Indígena Sete de Setembro com ajuda do Google. Em São Gabriel da Cachoeira (AM), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) promove oficinas para auxiliar na formação de *cyberativistas* indígenas, ainda que na região seja muito difícil transportar e manter equipamentos e conexão.

Em Mato Grosso do Sul, entre os Guarani Kaiowá, o acesso à internet por membros do Conselho da Aty Guasu – a grande assembleia desse povo – lhes permitiu divulgar, no Brasil e no exterior, notas públicas sobre a situação de conflito fundiário e violência vivida por várias de suas comunidades, alimentando uma comoção pública sem precedentes e pressionando a Fundação Nacional do Índio (Funai) a acelerar o processo de demarcação da área de Pyelito Kue/Mbarakay, no sul do estado.

A apropriação da internet e de tecnologias de comunicação por indígenas não ocorre de forma passiva. Preocupados em se formar para o uso crítico das tecnologias e em torná-las úteis para as comunidades, na garantia do direito à terra, a educação e saúde diferenciadas e para dar visibilidade à cultura e aos conhecimentos tradicionais, os Guarani Kaiowá e Terena da Associação Cultural de Realizadores Indígenas (Ascuri), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), realizaram em 2012 a quarta edição do Fórum de Discussão sobre Inclusão Digital nas Aldeias (Fida), em Dourados (MS).

O líder Anastácio Peralta sintetiza, lembrando

"O computador é de todo mundo, mas nós temos de garantir-lo", diz líder indígena, que representa uma das populações ainda excluídas digitalmente

que é preciso capacitar as ferramentas para atender às especificidades indígenas: "Não basta só aparelhagem. A gente tem que conhecer, dominar. O computador é de todo mundo, mas nós temos de garantir-lo".

O cenário de exclusão digital que se observa no Brasil é o principal objeto de análise do livro *2.0 Caminhos para a universalização da internet banda larga* (caminhosdabandalarga.org.br), organizado pelo coletivo Intervozes a partir de um edital do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e lançado em dezembro do ano passado. Mediante a licença **Creative Commons**, o livro está disponível no formato interativo – possibilitando comentários e compartilhamento de todos os textos – e pode ser impresso. Também há uma versão para leitura em dispositivos digitais (o ePub).

Sivaldo Pereira, um dos coordenadores do estudo, avalia que o Brasil está muito aquém de garantir o acesso à internet de qualidade como um direito do cidadão. "Inclusão digital não se resolve oferecendo uma conexão de baixa qualidade e ensinando alguém a usar um computador de forma limitada, gerando uma dependência de *softwares* ou aplicativos que são propriedades de algumas empresas privadas", avalia. Para Pereira, as desigualdades de acesso no Brasil são ocasionadas por uma infraestrutura que carece de investimentos; pela concentração de mercado na mão de poucas empresas; e por um sistema regulatório frágil, em que o Estado ainda não desempenha seu papel como centro de equilíbrio e de autoridade para o setor.

Apesar de o País ter criado o Programa Nacional de Banda Larga (PBNL) e reativado a Telebrás em 2010, explica Pereira, o esforço não foi suficiente para superar as barreiras que nos separam de países como Japão, Coreia do Sul e Austrália. Na opinião de Pereira, a desigualdade de acesso reforça outras desigualdades sociais e impede que os cidadãos exerçam direitos assegurados legalmente, como o acesso à informação e a liberdade de expressão.

"Deve ser garantido o direito do cidadão de partici-

par da construção simbólica da realidade, algo que não pode ficar restrito a empresas de televisão ou ligadas ao setor da tecnologia da informação", diz Pereira. Ele explica que a universalização da banda larga deve possibilitar que todos os cidadãos, independentemente de sua situação social, econômica, cultural ou regional, tenham acesso à internet, de forma estável e permanente, para se informarem, comunicarem, e produzirem cultura e sociabilidade.

O pesquisador atribui ao excesso de concentração de mercado no setor da internet as distorções geradas no modelo da vida cotidiana e o agravamento da posição de dependência do cidadão das tecnologias digitais. Segundo ele, há uma série de organizações que veem nesses meios uma nova fronteira de comunicação na qual se pode aumentar a circulação de conhecimento

e defendem princípios que possibilitem que a internet cumpra este fim. Já para outros, a exacerbação da comunicação on-line teria um efeito colateral danoso, enquadrando os indivíduos dentro de sistemas de programação e algoritmos da indústria da informática. "Acredito que o problema não está na tecnologia em si, e sim na forma como a moldamos, que princípios preservamos e como nos relacionamos com esses sistemas. É preciso achar um equilíbrio nesse processo."

CONECTADOS, COM CONVICÇÕES

Distantes dos ideais que moveram os ludditas contra as máquinas no século XIX, alguns coletivos brasileiros estão propondo formas de politizar as relações que estabelecemos com as tecnologias e a internet – mais preocupados em desvendar as potências libertárias

Autoriza a reprodução e o compartilhamento do conteúdo, sem pagamento de direitos autorais, desde que citada a fonte. PÁGINA 22 é uma usuária desta licença



dessas tecnologias do que em destruí-las. Com 23 anos e se apresentando como um usuário comum de tecnologias digitais, ele é um anônimo. Tem motivos: “Prefiro não revelar meu nome por entender a autoria como tendo uma função fortemente policial”, explica o jovem participante de um coletivo político. Para ele, passar um dia desplugado, como propõe o Sabbath Manifesto, não é relevante: “A mim parece um discurso muito comum hoje em dia, de consumir menos para continuar consumindo”, explica.

A crítica do militante anônimo se sustenta pelo fato de que a internet passou, para muitas pessoas, a se resumir ao Facebook. Na opinião dele, a internet potencializa a comunicação, a difusão de saberes e a participação ativa de qualquer pessoa, mas por outro lado permite também controlar vidas. “Se você quiser ir para além do consumo passivo e da exibição de sua vida particular, uma hora ou outra você terá de pensar na segurança e no anonimato do que está fazendo”, observa ele, que, para garantir esses preceitos, promove serviços não corporativos.

Ele sugere o uso de servidores de e-mails seguros, como o Riseup (mail.riseup.net), que é mantido, de forma livre, graças a uma rede de colaboração internacional; de buscadores que não gravam informações, como o StartPage (startpage.com); e de camufladores de IP (o endereço de entrada na internet), como o VPN e o TOR, que impedem que as movimentações na internet sejam registradas.

Iniciativas como esta não são novas: em 1990, quando a internet ainda engatinhava, a Electronic Frontier Foundation (EFF.org) foi pioneira na discussão e defesa dos direitos à liberdade de expressão, privacidade e inovação na rede. Hoje a organização está discutindo as emendas que devem atenuar a lei de fraudes e abusos em computadores – base para o processo contra o programador e ativista **Aaron Swartz**.

TECNOLOGIA

Em junho do ano passado, paralelamente às atividades da Rio+20, realizou-se o Fórum Mundial de Mídia Livre, cujo mote foi “Quem sabe assim saímos de vez do Facebook”, como uma forma traduzir as posições dos grupos que veem importância nas tecnologias digitais, mas preferem agir com toda a cautela quando assunto é o compartilhamento de informações em ambientes privados da rede. O evento foi antecedido pelo I Simpósio Internacional em Tecnologia na Universidade de São Paulo, em que especialistas e grupos de pesquisa se reuniram para discutir os aspectos políticos envolvidos no desenvolvimento e uso de tecnologias.

Um dos articuladores do simpósio foi o Saravá (sarava.org), grupo de estudos formado por cerca de dez pessoas, que, além de prover serviços livres para

Iniciativas debatem formas de a tecnologia ser apropriada pelas pessoas, e não por forças dominantes do capitalismo

ativistas, tem investido em consolidar uma produção teórica sobre tecnopolítica. O Saravá se organiza para hospedar outros pequenos projetos e, em seu site, oferece, por exemplo, o serviço “Escritório Sem Login”, por meio do qual o usuário pode acessar salas de bate-papo criptografado, um anotador que permite a produção coletiva de textos e um agendador de compromissos, por exemplo. Na atual pauta do grupo, encontra-se, também, a participação na definição de um padrão livre de rádio digital para o Brasil.

Juba, um dos fundadores do Saravá, é formado em Ciências da Computação e participa da Rádio Muda (Muda.radiolive.org), uma emissora livre que transmite pela web e, na região de Campinas, pelo 88,5 FM. Ele acredita que as tecnologias digitais apresentam os mesmos desafios que outras já apresentavam: no centro do debate, a possibilidade de apropriação pelas pessoas, não pelo capitalismo.

“Na raiz, o problema é o mesmo, mas a tecnologia digital trouxe algo novo. Um grande tear não era tão fácil de construir e acessar quanto um transistor. Então, as tecnologias podem ser apropriadas de forma mais simples, mas não necessariamente mais fácil. A tendência é de que as tecnologias sejam incorporadas rapidamente pelas empresas e não sobre nada para o resto.”

Para encarar esse desafio, Juba e seus companheiros apresentam alternativas modestas, mas radicais, de apropriação efetiva dessas tecnologias. Entre elas estão um esquema de construção e administração de servidores, um software para auxílio do ensino de línguas, uma distribuição de GNU/Linux para computadores tidos como obsoletos – uma opção para inclusão digital. Alimentando sistemas de fluxo coletivo de informação, que chama de “vizinhança de ideias”, o Saravá quer deixar na rede os rastros de suas próprias formas de produzir conhecimento sobre as tecnologias digitais.

LEIA SOBRE OS EFEITOS DO EXCESSO DE EXPOSIÇÃO ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22

[DAQUI PRA LÁ] Um olhar local sobre o mundo “desenvolvido”

O homem, um animal **nada humano** Se eu fosse o McDonald's, lançaria o McBode, o sucesso da temporada **POR TÃO GOMES PINTO***

A ndei ultimamente acamado, tudo por causa de uma velha hérnia, companheira de várias décadas. O fato é que, mesmo gozando de toda a liberdade, mais do que isso, sendo de minha absoluta confiança, e apesar de mais de 30 anos de convivência harmoniosa, a hérnia decidiu manifestar-se.

Peço desculpas por contar tais intimidades. Sei que assuntos como esse, personalíssimos, não deveriam ser tratados em uma revista séria como a PÁGINA22.

É que devo estar sob a influência de minhas outras atividades, entre elas a de militante das chamadas mídias sociais. Modo geral, nós, tweeters e facebookeiros, não conseguimos frequentar esses ambientes sem alguma exposição indevida.

Você, prezado leitor, só conseguirá ser lido (ou visto) em uma mídia social se deixar colocar para fora alguma intimidade. Alguns, a maioria, botam seus retratos. Outros (ou outras) vão mais longe. Você tem, no mínimo, de confessar sua ideologia, o que eu detesto.

É incrível como os twitters e os facebookos da vida levam as pessoas a abrir-se. Percebe-se que, com um leve estímulo, algumas delas estariam dispostas a abrir as próprias pernas.

Mas estávamos falando da minha hérnia e de repente...

Acho que é porque, desde que me tornei jornalista, acostumei a dar asas ao meu pensamento, deixando-o voar, solto... Uma tentativa de ser ou pelo menos parecer original e/ou criativo. Passados 50 anos, verifico que essa busca foi um exercício inútil.

Recordo-me como se fosse hoje (perdão pela frase comum) do meu primeiro texto para a Edição de Esportes do *Estadão*, que serviria como embrião do recém-falecido *Jornal da Tarde*.

Eu havia sido contratado como repórter de esportes, função que já exercera na *Última Hora*, do Samuel Wainer, e no inesquecível *Notícias Populares*, o jornal que deu em manchete a notícia do fim do mundo no longínquo ano de 1993, um furo mundial que a imprensa até hoje vive repetindo.

Isso para não mencionar o “Bebê-Diabo” nascido em São Paulo.



Portanto, nada mais natural que um repórter de esportes ser escalado para cobrir uma competição internacional de tiro ao pombo.

Antes de mais nada, devo esclarecer que esse esporte foi cortado dos Jogos Olímpicos, por insistência da Sociedade Protetora dos Animais.

E acho que dei uma modesta contribuição para o COI (Comitê Olímpico Internacional), quando fui cobrir o campeonato e descobri que “no tiro ao pombo a melhor coisa que pode acontecer ao pombo é ficar sem o rabo”.

Comecei minha matéria com essa frase. Além da revolta com o tratamento dado aos pombos, precisava justificar um aumento salarial de 90 mil para 250 mil. E era a pura verdade.

Os praticantes desse esporte, em boa hora substituído pelo “tiro ao prato”, cortavam o rabo do pombo antes de abrir a gaiola e soltá-lo. Apenas para tornar mais “emocionante” a missão do atirador.

O pombo, sem o rabo, sai destrambelhado. Ele perde o instrumental que orienta o seu voo, exatamente o rabo. E é derrubado (ou era derrubado) por um cidadão, às vezes um pai de família, munido de uma espingarda com mira telescópica. Uma baita sacanagem com os pombos, coitados.

Um poeta já escreveu que o ser humano é um cadáver adiado que procria. E um pombo no tiro ao pombo, como defini-lo? Um defunto por antecipação?

A verdade é que, em matéria de judiaria aos animais, ninguém supera o ser humano. Ainda outro dia revi a foto daquele bando de assassinos carregando o cadáver de um imenso gorila. De tão grande, o gorila exigia para sustentá-lo o esforço de oito parrudos congolezes.

E vocês sabem o que os congolezes iriam fazer com ele? Primeiro decepar as mãos do animal e vendê-las a algum comerciante de bugigangas exóticas. As mãos enormes do gorila servem como esplêndidos cinzeiros, muito procurados por turistas do mundo inteiro, sequiosos por informações sobre os mistérios do continente africano.

O que fazem com o resto do gorila eu não conto. Não quero embrulhar o estômago dos leitores de PÁGINA22.

Ainda outro dia, abro um jornalão e encontro uma página dupla falando das delícias que estão escondidas nas entranhas de um inocente porco, desde que criado com alguns cuidados. O jornal traz dicas preciosas para quem estiver disposto a destrinchar um porco, e a história começa assim: Um dia, alguém preocupado com o inverno que se aproximava encheu a tripa de um suíno com o próprio suíno, botou sal, e viu que era bom...

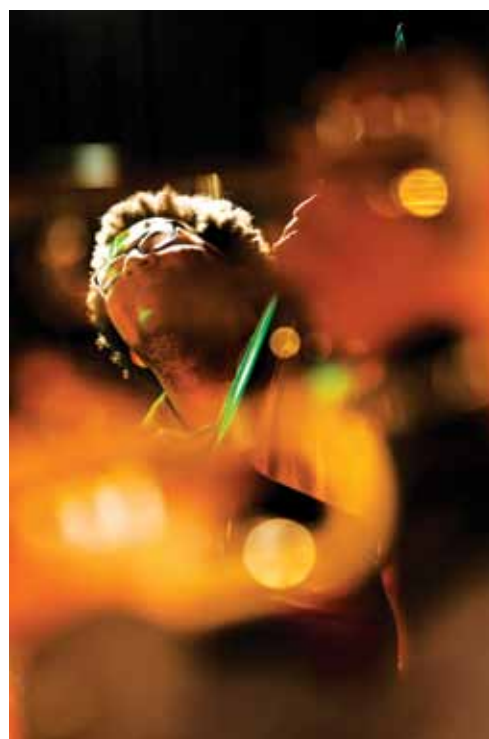
Nascia a cada vez mais florescente indústria de embutidos: linguíça, presunto, codeguins... E acrescenta filosoficamente o autor do texto repugnante: depois deles, a carne nunca mais foi a mesma.

E olha que o rapaz tem razão. Outro dia, vagando pelo Nordeste, experimentei a linguíça de bode. Honestamente falando, sou obrigado a reconhecer que não há coisa melhor no mundo do que uma linguíça de bode com um molhinho em cima.

Não fosse eu um cidadão formado dentro de padrões “politicamente corretos” – e se ainda por cima fosse dono do McDonald's – comprava a bodaiada toda da região e lançava um sanduíche que seria a sensação da temporada: o McBode.

* JORNALISTA, FOI UM DOS FUNDADORES DO JORNAL DA TARDE E TRABALHOU NAS REVISTAS VEJA, ISTOÉ E MANCHETE.

Jovem que cometeu suicídio no início deste ano, em decorrência de pressões por ter baixado mais de 4 milhões de trabalhos acadêmicos do banco de dados JSTOR. Mais na seção de Notas



IMAGENS: F. PEPE GUMARÃES / F14 FOTOGRAFIA

Passo do elefante

No rebote das tensões que envolvem os direitos autorais – passando pela mudança nos processos de comercialização e distribuição musical –, mais de 140 músicos de 14 *big bands* paulistanas decidiram unir contatos, aprendizados e caminhos para fortalecer o coletivo. Da farta mistura de ritmos e estilos nascia, sob o signo do compartilhamento e da colaboração, o Movimento Elefantes.

A valorização da música instrumental brasileira é a bandeira que une músicos e público. Tanto que, em 2011, visando a difusão do som feito pelas bandas participantes, 2 mil cópias de CDs foram prensadas por meio de financiamento coletivo. Batizado de *CDê – Movimento Elefantes*, o trabalho desenvolvido na licença em Creative Commons democratiza os espaços de circulação e o aprendizado da cena musical. Ouça, copie e compartilhe em movimentoelefantes.com – **POR LETICIA FREIRE**



Conheça as mais recentes publicações do GVces e baixe-as gratuitamente em nossa Biblioteca Virtual



Compra Sustentável: A força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva

Realizada em parceria com o ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade, reflete sobre o papel dos consumidores governamentais e empresariais na promoção de práticas mais sustentáveis de produção, consumo e na tomada de decisão de compra.



Inovação e Sustentabilidade na Cadeia de Valor Ciclo 2012: Gestão de Fornecedores

Desenvolvido em parceria com Citi e patrocínio da Citi Foundation, aborda a promoção da inovação para a sustentabilidade a partir de pequenas e médias empresas no contexto da cadeia de valor das grandes empresas.



Propostas Empresariais de Políticas Públicas para uma Economia de Baixo Carbono no Brasil: Mudança de uso da terra e florestas

Este é o terceiro volume da série produzida pela Plataforma Empresas pelo Clima (EPC) que já abordou os temas "Processo Industriais e Tratamento de Resíduos" e "Energia, Transportes e Agropecuária".



O Valor do ISE - Principais Estudos e a Perspectiva dos Investidores

Qual é a importância de se participar de iniciativas como o ISE para empresas que buscam um modelo de negócios que contribua para o desenvolvimento sustentável? Este estudo também está disponível em língua inglesa: "The Value of ISE – Main Studies and Investor Perspective".



Notas Técnicas do Plano Indústria

Elaboradas para dar subsídio técnico ao Plano Indústria da Política Nacional de Mudanças Climáticas brasileiras, o estudo aprofunda a análise do Plano sob uma perspectiva setorial, levando em consideração os detalhes e os aspectos singulares de cada subsetor dentro do quadro geral do Plano Indústria.

Conheça estas e outras publicações no site do GVces: www.fgv.br/ces



Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

Patrícia Martins Alves.
Aluna de pós-graduação do Centro
Universitário Senac, conseguiu três
licenciamentos ambientais
por sua empresa de consultoria.



LANÇAMENTO PÓS-GRADUAÇÃO EM CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS É NO SENAC.

O CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC OFERECE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DESENVOLVIDOS PARA ANTECIPAR AS TENDÊNCIAS DO MERCADO. NESTE CURSO O ALUNO TERÁ CONTATO COM OS PRINCIPAIS CONCEITOS E TENDÊNCIAS MUNDIAIS SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DISCUTINDO VISÕES E EXPERIÊNCIAS NA INCORPORAÇÃO PRÁTICA DESSES CONCEITOS NA GESTÃO SUSTENTÁVEL DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, COM ÊNFASE NOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL, NAS ETAPAS DE PRÉ-PROJETO, PROJETO E CONSTRUÇÃO. PODERÁ ATUAR NO DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES, NA CONSULTORIA, NO GERENCIAMENTO, NA IMPLANTAÇÃO E COMO GESTOR DE OPERAÇÕES.

PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO SENAC. VOCÊ CADA VEZ MELHOR.

CURSOS:

- DIREITO E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE
- GEOPROCESSAMENTO
- GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS
- GESTÃO AMBIENTAL

MAIS DE 100 TÍTULOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
E 81 TÍTULOS EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA.

CONSULTE A UNIDADE MAIS PRÓXIMA:

WWW.SP.SENAC.BR/POSGRADUACAO

OU LIGUE **0800 883 2000**

CURSOS NA GRANDE SÃO PAULO E NO INTERIOR DO ESTADO.

CONHEÇA TAMBÉM O PORTFÓLIO COMPLETO DE EXTENSÃO:

WWW.SP.SENAC.BR/EXTENSAO

Parceiro educacional:

Alunos e ex-alunos têm a oportunidade
de participar da vivência internacional
em gestão de negócios, com foco no
empreendedorismo, na Babson College.

